



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**JOSE AILTON LIMA DOS SANTOS**

**A EXPERIÊNCIA DO “RONDA DO QUARTEIRÃO” NA  
PERSPECTIVA DA COMUNIDADE DO SÃO FRANCISCO: a  
análise de um policiamento.**

**FORTALEZA-CEARA**

**2012**

JOSE AILTON LIMA DOS SANTOS

A EXPERIÊNCIA “DO RONDA DO QUARTEIRÃO” NA PERSPECTIVA DA  
COMUNIDADE DO SÃO FRANCISCO: a análise de um policiamento.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais e Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Glauécia Mota Brasil.

FORTALEZA – CEARÁ

2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Estadual do Ceará  
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho.**

S237e Santos, José Ailton Lima dos

A experiência do “Ronda do Quarteirão” na perspectiva da comunidade do São Francisco: a análise de um policiamento/ José Ailton Lima dos Santos. – 2012.

76 f. : enc. ; 30 cm.

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Serviço Social, Fortaleza, 2012.

Orientação: Profa. Dra. Maria Glaucéria Mota Brasil.

1. Segurança pública. 2. Polícia. 3. Ronda do Quarteirão. 4. Comunidade. I. Título.

CDD: 351.74

JOSE AILTON LIMA DOS SANTOS

A EXPERIÊNCIA “DO RONDA DO QUARTEIRÃO” NA PERSPECTIVA DA  
COMUNIDADE SÃO DO FRANCISCO: a análise de um policiamento.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais e Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Glaucíria Mota Brasil (Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará – UECE

---

Prof. Guilherme Sérgio Tavares Cavalcante.

Universidade Estadual do Ceará – UECE

---

Assistente Social Lara Abreu Cruz (Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade na Universidade Estadual do Ceará – UECE)

Aos que de alguma forma foram importantes e  
contribuíram para a minha formação.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o qual me deu força nos momentos difíceis.

À minha família, que mesmo desconhecendo o que eu estava estudando, estava torcendo pelo meu sucesso.

À minha namorada Camila, a qual estive sempre ao meu lado me dando força e me incentivando.

À professora Glaucéria, a qual aceitou me orientar e que me permitiu ter acesso não só aos livros do Labvida como ao seu cotidiano acadêmico, sem os quais meus estudos teriam sido bem mais difíceis e complicados.

Aos meus amigos e amigas do Serviço Social da UECE que me ajudaram e me deram força, que dividiram suas experiências e estavam torcendo por mim.

À companheira Kátia que me emprestou livros e textos e assim como eu estava na mesma caminhada.

Ao meu amigo Wallemborg, o qual me emprestou seu computador quando o meu foi para o conserto e não mais voltou.

Ao meu amigo Marcondes, o qual foi bastante importante para a minha entrada no campo de pesquisa.

Aos moradores da comunidade São Francisco, em especial aos que contribuíram com a pesquisa.

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.

Che Guevara

## RESUMO

Discutir Segurança Pública no Brasil é algo bastante relevante, tendo em vista que grande parte dos seus atuais dispositivos são ineficazes, arcaicos, resistentes às mudanças e muitas vezes até incoerentes com o Estado Democrático de Direito. Dessa forma, faz-se necessário planejar e mudar essa situação. Por isso, o governo brasileiro vem incentivando mudanças nas polícias brasileiras, dentre elas uma polícia mais preventiva e o respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, o governo do Estado do Ceará, durante a gestão de Cid Ferreira Gomes (2007-2010), criou um novo programa de policiamento denominado “Ronda do Quarteirão”, também apresentado à população como “a polícia da boa vizinhança” e tendo como proposta aproximar polícia e comunidade, através de um trabalho ostensivo e preventivo. O policiamento foi implantado em boa parte do Estado, sendo um dos principais investimentos do executivo. O programa tentou ser algo novo frente ao modelo do velho aparelho policial, mas com o passar do tempo sofreu algumas mudanças que o fizeram parecer com o antigo policiamento. O presente trabalho busca, pois, analisar a experiência do Ronda do Quarteirão a partir da percepção que a comunidade do São Francisco, no Bom Jardim tem sobre o programa. Nesse sentido, também tentamos compreender qual a relação de aproximação dos policiais com a comunidade, como agem diante dos chamados da população, se houve alguma mudança e se existe confiança no policiamento realizado pelos policiais rondantes. Por meio de uma análise qualitativa construída a partir de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de campo, através de entrevistas, tentamos responder a esses questionamentos. Os resultados apresentam alguns traços positivos do policiamento como o fato do diálogo e do atendimento rápido, principalmente na sua fase inicial, entretanto por ter sido gestado sem mudanças institucionais, vem se caracterizando mais como policiamento tradicional do que como algo inovador.

**Palavras-Chave:** Segurança Pública. Polícia. Ronda do Quarteirão. Comunidade.



## ABSTRACT

Discuss public security in Brasil is quite relevant, given that much of their current devices are inefficient, archaic, resistant to change and often inconsistent with the democratic rule of law. Thus, it is necessary to plan and change this situation. Therefore, the Brazilian government has been encouraging changes in Brazilian police officers, among them a more preventive police and the respect to the human rights. In this sense, the state government of Ceará, during the administration of Cid Ferreira Gomes (2007-2010), created a new policing program called "Ronda do Quarteirão", also presented to the public as "police of good neighborliness" and having as proposition a closer police and community, by working ostensive and preventive. This policing was implemented in much of the state, being a major investment executive. The program tried to be something new against the old model of the police apparatus, but with the passage of time has undergone some changes that made it look like the old policing. This study aims therefore to analyze the experience of Ronda do Quarteirão from the perception that the community of San Francisco, in BomJardim has on the program. In this sense, we also try to understand the relationship of closeness with the community police, how they act on the calls from the population, if there was any change and if there is confidence in the policing carried out by the circling police. Through a qualitative analysis constructed from a literature search and a field research through interviews, we try to answer these questions. The results show some positive traits of policing as the fact of dialogue and quick service, especially in its early stages, however to have been conceived without institutional changes, has been characterized as more traditional policing than as something innovative.

**Keywords:** Public Safety. Police. Quarter Round. Community.

## LISTA DE TABELAS

- TABELA 1 Perfil dos entrevistados segundo: idade, sexo, grau de instrução e aspecto para o recorte.
- TABELA 2 Composição das rodas de conversa “Cadeira na Calçada”.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALAS	Associação Latino-Americana de Sociologia
APMGEF	Academia de Polícia Milita General Edgard Facó
BPCHOQUE	Batalhão de Polícia de Choque
BPCOM	Batalhão de Polícia Comunitária
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BPTUR	Batalhão de Polícia de Turismo
CBS	Corpo de Bombeiros
CCBJ	Centro Cultural do Bom Jardim
CCDS	Conselho Comunitário de Defesa Social
CCS	Conselho Comunitário de Segurança
CFSDF	Curso de Formação de Soldados de Fileiras
CIOPS	Centro Integrado de Operações de Segurança
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COTAR	Comando Tático Rural
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CPI	Comando de Policiamento do Interior
CPG	Companhia de Policiamento de Guarda
COM	Colégio da Polícia Militar
CPMA	Companhia de Polícia Militar Ambiental
CPRV	Companhia de Policiamento Rodoviário
CSN	Conselho Nacional de Segurança
CUFA	Central Única das Favelas
DAL	Diretoria de Apoio Logístico
DF	Diretoria de Finanças
DOI	Departamento de Operações Internas
DSAS	Diretoria de Saúde e Assistência Social

EME	Estado Maior do exército
EPMONT	Esquadrão de Polícia Montada
ESG	Escola Superior de Guerra
HPM	Hospital da Polícia Militar
IACC	Instituto de Arte e Cultura do Ceará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGPM	Inspetoria Geral da Polícia Militar
LABVIDA	Laboratório de Direitos Humanos
LTS	Licença para Tratamento de Saúde
NPC	Núcleo de Policiamento Comunitário
OBAN	Operação Bandeirantes
PRE	Polícia Rodoviária Estadual
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PMCE	Polícia Militar Do Ceará
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POG	Policiamento Ostensivo Geral
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SECULT	Secretaria de Cultura
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
RAIO	Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>DISCUTINDO PARADIGMAS DE SEGURANÇA NO BRASIL.....</b>	<b>20</b>
2.1	O PARADIGMA DE SEGURANÇA NACIONAL .....	20
2.2	A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.....	25
2.3	PENSANDO EM SEGURANÇA COM CIDADANIA.....	30
<b>3</b>	<b>O RONDA DO QUARTEIRÃO NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ.....</b>	<b>36</b>
3.1	ALGUNS ASPECTOS ORGANISACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR.....	36
3.2	UMA ANÁLISE DESCRITIVA DO PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO.....	40
3.2.1	CONHECENDO O RONDA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	40
3.2.2	NOÇÕES SOBRE O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	48
<b>4</b>	<b>A EXPERIÊNCIA DO “RONDA DO QUARTEIRÃO” NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE DO SÃO FRANCISCO: A ANÁLISE DE UM POLICIAMENTO.....</b>	<b>51</b>
4.1	A COMUNIDADE E SEU CONTEXTO.....	54
4.2	DEPOIMENTOS DOS MORADORES.....	
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Problemas de (in) segurança é algo que atinge direta ou indiretamente grande parte da população brasileira, percebidos em roubos, assaltos, brigas e violência fatal. Nessa discussão, é comum o apelo por leis mais rígidas, por mais polícia, por mais repressão e punições que deem exemplos, bem observados em programas policiais, como se fosse necessário o sacrifício de uns para que os demais aprendessem uma conduta, como se a solução para o problema fosse apenas apenar ou reprimir. Mas a “política de prender bandido” é ineficiente, e as polícias brasileiras são um exemplo disso. Em parte, porque essa política representa um fracasso ou uma ineficiência do Estado, já que os nossos presídios não “recuperam” ninguém, mas excluem e condenam os ditos “criminosos”. Em outra parte, representa uma regressão dos Direitos Humanos e uma regressão social.

Embora a cultura reativa e desarticulada seja predominante no meio policial brasileiro, ações governamentais conjuntas visando à prevenção, contudo, sinalizam no horizonte da questão da segurança pública no Brasil, bem como ações consoantes aos Direitos Humanos. O exemplo mais recente é a fomentação do Governo Federal de uma segurança pública com cidadania.

Nesse sentido, no Estado do Ceará, durante o governo de Cid Ferreira Gomes (2007-2010), foi inaugurado, em 2007, um novo programa de policiamento intitulado “Ronda do Quarteirão”, o qual se apresentava sob o modelo do policiamento comunitário. Também denominado de “a polícia da boa vizinhança”, o policiamento propunha-se a desenvolver suas atividades por meio de ações ostensivas e preventivas, tendo como método sua proposta de proximidade com a população.

O então governador mostrava-se preocupado com a questão da segurança pública no Estado e empenhava-se com o programa, tornando-o uma de suas principais metas a ser realizada, por isso, investiu uma grande quantidade de recursos nesse programa. Dizia o governador: “Não podemos cruzar os braços e aceitar a violência que aí está. Segurança pública no nosso

Governo é prioridade absoluta, para isso, é fundamental a destinação de mais recursos para essa área”.<sup>1</sup>

Dentre os investimentos ao programa, foi destaque a compra de carros de Luxo (Hilux SW4) e motocicletas Falcon, assim como a confecção de uma nova farda para que se diferenciasse da dos antigos policiais. Além disso, para a realização do programa foram feitos novos concursos públicos<sup>2</sup> para policiais. Fato relevante é que o programa inicialmente era vinculado administrativamente à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Estado e não à Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE). Isso significa que os policiais rondantes, embora formado nos quartéis da PMCE, não a pertenciam, ou seja, eram policiais militares sem ser da Polícia Militar.

Depois de algum tempo de sua criação, o programa sofreu algumas mudanças e novos direcionamentos, como a transferência da sua coordenação da SSPDS para a Polícia Militar, o patrulhamento apenas com uma viatura, ao invés de um carro seguido por uma motocicleta, como no começo. O policiamento foi ampliado para abranger toda a Região Metropolitana de Fortaleza e cidades do interior com mais de 50 mil habitantes. Não raras vezes noticiava-se, na mídia local, o envolvimento de policiais em ações ilegais e desastrosas, as quais não deveriam caracterizar o programa. Porém, ações do comando da Polícia Militar como a questão de os policiais realizarem mais abordagens, de “virar” polícia nas ruas, fizeram o programa tornar-se mais reativo e ostensivo, assemelhando-se ao policiamento tradicional, ao mesmo tempo em que o policiamento da boa vizinhança buscava realizar algumas “atividades sociais” e melhorar seu relacionamento com a população.

Diante dessa exposição, o presente trabalho propõe-se a analisar a experiência do Ronda do Quarteirão na perspectiva da comunidade São Francisco, no Bom Jardim, tentando apreender como é a relação de aproximação dos policiais com as pessoas da comunidade. Como agem os

---

<sup>1</sup> **Governador Cid Gomes reafirma maior investimento em segurança.** Colhido em: <http://www.ptceara.org.br/noticias/texto.asp?id=1827>. Acessado em 09/05/2011.

<sup>2</sup> Foi realizado um concurso no ano de 2006, sendo que a última etapa ocorreu no fim de 2007; e outro em 2008, concluído em 2009.

policiais aos chamados. Se houve alguma mudança, se existe confiança no trabalho dos policiais rondantes.

Parte dos questionamentos feitos acima se justifica através da minha experiência enquanto policial militar. A minha primeira aproximação com a questão da segurança pública deu-se inicialmente em 2005, quando realizei o curso de formação para soldado voluntário e temporário na instituição Polícia Militar do Ceará, mais especificamente no Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), durante dois meses. Baseado na disciplina e na hierarquia e muito caracterizado pela rigidez militar, o período colocou-me em contato com parte da formação da polícia militar. Nesse período, também pude observar e vivenciar a rotina de um grupamento considerado como a elite da instituição.

Compus a primeira turma de policiais temporários, modalidade policial que foi criada pela Lei Nº 13.326, de 15 de Julho de 2003, para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil na Polícia Militar do Ceará e Corpo de Bombeiros Militar do Ceará. Durante um ano e oito meses, trabalhei no ex-Hospital da Polícia Militar (HPM), onde também pude vivenciar e perceber, sob diversos aspectos, parte dos serviços realizados na instituição, como a questão do tratamento dado à saúde de alguns militares e seus familiares, bem como a questão da organização, da estrutura, da hierarquia e do funcionamento do local.

Na sequência, em uma segunda experiência, em setembro de 2007, novamente tive contato com a formação policial militar, ao ingressar no Curso de Formação de Soldados de Fileiras (CFSDF), na Academia de Polícia Militar General Edgar Facó (APMGEF). Diferentemente do primeiro contato, esse curso, em período integral, com disciplinas sequenciais, entre práticas e teóricas, teve duração um pouco superior a três meses e preparou-me para ser “policial de rua”.

Em dezembro de 2007, tive a experiência de ser policial das fileiras da PMCE, quando compus a primeira turma de policiais do programa Ronda do Quarteirão. Nesse período, em um pouco mais de um ano, vivenciei o fato de poder dirigir um potente carro de polícia 4x4 (o primeiro carro que dirigi na rua),



de vestir uma farda recém inaugurada, de trabalhar com policiais recém formados e do mesmo grau hierárquico que eu. No entanto, também pude sentir o lado ruim e desmotivador do trabalho, como a rigidez militar, o controle exercido pelos que comandavam o policiamento sobre desnecessárias peculiaridades, como o ter que estar constantemente usando a boina (um subtipo de boné), uma escala de seis dias de trabalho por um de folga à noite, a falta de organização e planejamento do trabalho, falta de articulação do trabalho policial com outros órgãos; além de várias situações que não contribuem para o sucesso do trabalho policial.

Na minha prática, pude conhecer alguns limites da periferia da cidade de Fortaleza, lugares com péssimas condições de infraestrutura, praticamente sem espaços públicos. Foi em um espaço cujas características são parecidas com as relatadas acima, que me motivaram a fazer as investigações desse trabalho: a comunidade do São Francisco.

Quando iniciei a disciplina de pesquisa II, do curso de Serviço Social, resolvi estudar assuntos relacionados à temática policial. Minha experiência como policial foi um fator preponderante para que eu viesse a estudar sobre a questão da segurança pública. Porém, apenas na disciplina de Pesquisa Aplicada, tive um contato mais profundo com a literatura policial, o qual se tornou uma constante depois dessa etapa, principalmente através da minha aproximação com o Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labvida), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Antes desse período, a falta de leitura constituiu-se num dos empecilhos para a realização do trabalho.

A pesquisa bibliográfica foi realizada principalmente em livros e artigos. Porém, também foram fontes de pesquisa jornais impressos como “O Povo” e “Diário do Nordeste”. Durante o período de pesquisa, sempre estive observando o que acontecia de especulativo relacionado à polícia militar, principalmente por meio da internet, através das redes sociais e em sítios das instituições de segurança.

Em relação às investigações de campo, elas aconteceram apenas na fase final do trabalho, nos meses de setembro a novembro de 2011. Nesse

sentido, a entrada no campo também foi outro obstáculo na realização do trabalho, tendo em vista que não tinha nenhuma estratégia de como me aproximar da comunidade. Tinha que ter cautela para não prejudicar a pesquisa, pois eu era um estranho na comunidade e precisava não parecer um policial investigando alguém ou algum crime.

Lendo o livro “A Máquina e a Revolta”, de Alba Zaluar, e observando-lhe quando em 1980 procurava por um jovem, indicado por um amigo, para começar seu aprendizado sobre o modo de vida das classes populares no conjunto habitacional Cidade de Deus, decidi usar uma estratégia parecida, pois conhecia uma pessoa que morava próximo à comunidade e que talvez pudesse me ajudar.

Falei com a mencionada pessoa, a qual me apresentou a uma moradora da comunidade, com a qual, dias depois, iria fazer minha primeira entrevista. Porém, depois que fizesse essa entrevista, voltaria quase ao lugar de antes, ou seja, como iria realizar o restante da pesquisa? Contudo, lendo o guia para a pesquisa de campo de Beaud e Weber (2007), segui algumas orientações de como entrar num campo de pesquisa desconhecido.

No referido guia, entre outras questões, os citados autores destacam algumas técnicas para a realização de um trabalho antropológico. Nesse sentido, pontuam algumas formas de aproximar-se do campo, observam que isso pode ser feito através da aproximação a pessoas, a grupos, a equipamentos públicos, bem como a lideranças locais.

Nesse sentido, depois que realizei a minha primeira entrevista, fui apresentado a uma líder da comunidade, a qual passei a conhecer e também pude realizar outra entrevista. Depois desse momento, fui convidado a participar de reuniões “cadeira na calçada” com moradores e representantes do Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ). Esse espaço proporcionou-me saber um pouco mais sobre a comunidade, bem como coletar dados e conhecer outras pessoas, com as quais realizei o restante das entrevistas do meu trabalho de pesquisa.

Nesse processo, orientamo-nos pela concepção dialética que, segundo Minayo (2010), “esforça-se para entender o processo histórico em seu dinamismo, provisoriedade e transformação, bem como realizar a crítica das ideologias”. Diante disso, a necessidade de investigar questões de caráter subjetivo e objetivo coloca a pesquisa qualitativa como melhor forma e que me proporcionará elementos para a análise a que me proponho fazer.

Assim, além de informações obtidas nas reuniões nas calçadas, utilizamo-nos principalmente de entrevistas semiestruturadas como técnica de coletas de dados, pois proporciona perguntar sobre os pontos que procuravam responder os questionamentos desse trabalho e também, de acordo com Boni e Quaresma (2005), ela também tem como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas mais espontâneas, bem como coletar dados objetivos e subjetivos.

Foram realizadas cinco entrevistas. Elas seguiram um roteiro previamente estabelecido<sup>3</sup>. Participaram desse processo pessoas de diversas idades e de ambos os sexos, dentre elas pessoas da faixa etária que figuram como as principais vítimas da violência, bem como pessoas que, de alguma forma, se destacam politicamente na comunidade e participam das reuniões “cadeira na calçada”. Nem todas as entrevistas foram gravadas; parte delas foram registradas em diário de campo. Algumas delas foram realizadas em espaços abertos, devido à impossibilidade do (a) entrevistado (a) não ter outro tempo disponível para a entrevista ou por não dispormos de um espaço fechado para a realização da mesma. Algumas pessoas mostraram-se bem interessadas no que pesquisava; outras, não.

Enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista, como qualquer outro instrumento, está submetida aos cânones do método científico, um dos quais é a busca de objetividade, ou seja, a captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte do pesquisador nem de fatores externos que possam modificar aquele real original (Haguette, 2001, p. 87).

---

<sup>3</sup> O roteiro segue anexo ao trabalho.

Tentamos, pois, ser o mais objetivo e fiel possível. Apoiando-nos na mesma autora, porém, estamos cientes de que a objetividade é um ideal inatingível, mas que, mesmo assim, o cientista deve procurar uma aproximação com a mesma. Para tanto, durante toda a pesquisa, o compromisso ético de citar referências, de zelar pela originalidade das falas e de respeitar as pessoas entrevistadas e agir de forma sigilosa constituiu-se em algo imprescindível a que seguir.

Nesse sentido, no primeiro capítulo desse trabalho, buscamos fazer uma discussão acerca dos paradigmas de segurança no Brasil, nos quais se inserem a questão da segurança nacional, da segurança pública e da segurança com cidadania. Trazemos um pouco das ideias que vêm influenciando a estrutura e formação do sistema de segurança no Brasil, desde a década de 60 até hoje. Dessa forma, para a construção desse processo, nessa parte, utilizamo-nos principalmente dos seguintes autores: Freire (2009), Pinheiro (1981), Coimbra (2000) e Soares (2006).

No segundo capítulo, discutimos o programa de policiamento Ronda do Quarteirão na Segurança Pública do Estado do Ceará. Dessa forma, incluem-se aspectos pertinentes da polícia militar, como a questão de sua estrutura e organização. Também são feitos alguns apontamentos em relação ao que é policiamento comunitário e como ele se constitui. Nessa parte, utilizamo-nos principalmente de Rolim (2006), Lopes e Mota Brasil (2010) e Barreira (2004).

No terceiro capítulo, trazemos o resultado da pesquisa de campo. Inicialmente, fazemos um rápido panorama sobre o perfil do bairro e sobre a comunidade pesquisada. No momento seguinte, trazemos as análises dos depoimentos dos entrevistados. Usando principalmente Rolim (2006), Mariano (2004), Pinheiro (1997) e Almeida e Mota Brasil (2002).

Na parte final, fazemos algumas considerações sobre o que pode ter sido faltoso ou falho no programa, bem como apontamos algumas sugestões. Esperamos que esse trabalho contribua de alguma forma para a discussão e o debate sobre policiais e políticas de segurança pública.

## 2 DISCUTINDO PARADIGMAS DE SEGURANÇA NO BRASIL

Paradigmas são crenças, valores e conceitos que predominam no governo e na sociedade, em determinada localidade e período. Segundo Freire (2009), entretanto é importante assinalar que eles podem coexistir com outros, pois não são absolutos, bem como podem sofrer mudanças. Orientados por essas ideias, faremos uma breve análise dos paradigmas de Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança com Cidadania na política de segurança do Brasil.

### 2.1 O PARADIGMA DE SEGURANÇA NACIONAL

A questão da Segurança Nacional brasileira teve seu auge a partir do contexto dos anos 60, nos quais foi destaque o golpe de Estado no Brasil, que culminou com a ditadura de 1964 e a “ameaça” do comunismo perante a Guerra Fria. Porém, antes do regime militar, foi bastante evidente a mobilização da sociedade brasileira através da questão do nacionalismo que aparecera com a figura de Vargas, bem como pelas lutas camponesas, pela efervescência do movimento estudantil e pelas reformas de base propostas por João Goulart.

Essa movimentação não era bem vista por parte da elite do país, sendo, pois, tida como ameaçadora do seu poder e, ao mesmo tempo, incomodando os militares do país, tanto que, segundo Coimbra (2000), o parlamentarismo adotado no Brasil (1961-1963) foi bastante influenciado por eles para controlar as ações de João Goulart. Ressaltamos aqui um ponto importante: a influência militar em momentos de mobilização na sociedade brasileira. Esse “braço forte”, o poder das armas de um Estado elitista realmente conseguiu proteger-se diante de “ameaças”, mesmo ignorando leis e tratados e, mais ainda, a dignidade humana.

A preocupação das elites quanto à garantia de seu poder e a manutenção de seu status, ficou ainda mais evidente depois da Revolução Cubana. Essa situação, bem como as ideias pregadas pelos Estados Unidos de “um mundo livre” face às ameaças do comunismo, de acordo com Dallari (s/d), motivaram a instalação da ditadura militar em 1964. Diante disso,

Huggins (1998) reforça que, frente ao fracasso estadunidense em Cuba, o então presidente Norte Americano Kennedy procurou realizar uma política contra a ameaça comunista. Assim, elaborou-se uma proposta que vinculava segurança e desenvolvimento econômico, condenando mais ainda o comunismo em países em desenvolvimento, como o caso do Brasil.

Com o apoio de pessoas e entidades da sociedade civil, de parte da cúpula da igreja católica e ainda de importantes meios de comunicação de massa, servindo aos interesses capitalistas e querendo controlar toda uma agitação interna, os militares ocuparam o poder, assumindo a direção do Estado.

A ideologia capitalista liberal encontrou na ideologia conservadora de nossas elites, que há algum tempo defendiam a escravidão, o aliado ideal. As reivindicações sociais passaram a ser rotuladas e toda a estrutura do Estado foi montada para impedir o crescimento da esquerda. Nesse sentido, o discurso inicial do governo para a implantação do regime apoiava-se na ideia da existência de um inimigo externo, o comunismo internacional. Entretanto, logo depois, surgiria a ameaça de outro “inimigo”, o interno. Com o discurso de proteger o Estado, foi adotada a política de Segurança Nacional, a qual, segundo Coimbra (2000), tinha como base conceitual a doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos.

Pinheiro (1981) fala que o regime de segurança nacional brasileira exacerbou uma noção de ordem ao exaltar os valores de uma coesão nacional, cujo conflito deveria ser debelado. Iniciava-se assim, de acordo com Dallari (s/d), um período de muita repressão e violência contra a constituição do país, contra as instituições e contra os que falando, escrevendo ou participando de reuniões pacíficas manifestavam oposição ao regime ditatorial e falavam em democracia, liberdade e direitos. Lembramos que uma suposta ameaça do comunismo também foi umas das razões dadas por Getúlio Vargas ao instalar a repressão no Estado Novo (1937-1945).

De acordo com o último autor citado, ditadura abrange muitas modalidades de comandos políticos arbitrários, os quais frequentemente

procuram mascarar sua verdadeira natureza, apresentando uma fachada nobre. Mas, na sua essência, não apresentam mudanças significativas, o que mudam realmente são as motivações ou alegações de sua implantação.

Nesse sentido, a verdadeira função da política de segurança então adotada era realizar um controle político, principalmente dos que, de alguma forma, expressavam a negação do regime, ou seja, o que estava em curso não era uma política de combate ao crime, mas a consolidação de certa concepção de Estado, como acrescenta Pinheiro (1981). A (in) segurança seria instalada para pôr em prática essa concepção através das Forças Armadas e das polícias.

A partir disso, notamos um problema recorrente da segurança no Brasil, é que, segundo Rolim (2006), o país possui uma herança das polícias estarem subordinadas às razões políticas do Estado. Exemplo bem marcante disso compreende esse período que ora discutimos.

Nesses anos, a cultura das polícias no Brasil sofre grande influência da cultura das Forças Armadas, principalmente do Exército. Entretanto, assinalamos que o regime autoritário de 1964 não inaugura as práticas de violência e repressão no aparelho policial, pois essas já eram comuns. A ditadura, por sua vez, como afirma Pinheiro (1981), propiciou que um novo padrão de impunidade se somasse à larga tradição de violência a que sempre estiveram submetidos os criminosos e suspeitos vindos das "classes perigosas".

Para pôr em prática a lógica da segurança nacional e da repressão, bem como para a consolidação do poder militar, uma série de medidas foram legitimadas: a constituição de 1967, além de leis como a nova lei de Imprensa e de Segurança Nacional. O regime precisava ser forte, portanto, precisava estar articulado. Isso aconteceu, de forma mais geral ainda, quando a "linha dura", o auge repressor, chega ao poder, e com as prerrogativas do Ato Institucional nº 5, o terror estava instalado:

Grande foi a repercussão que o AI nº 5/68 causou nos mais diversos setores que compunham a sociedade brasileira daquela época. Suas implicações eram verdadeiramente gravosas e pelo menos sete dos

seus pontos fundamentais traduziam com nitidez a força do sistema implantado, a saber: 1. Suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos por 10 anos; 2. Intervenção nos estados e municípios; 3. Suspensão das garantias constitucionais quanto à vitaliciedade e inamovibilidade, podendo demitir e reformar militares, aposentar funcionários e juízes; 4. Decretação de estado de sítio e sua prorrogação, estabelecendo prazo de vigência; 5. Confisco de bens resultantes de enriquecimento ilícito; 6. Suspensão de *habeas corpus*; 7. Recesso do Congresso e das Assembléias por prazo indeterminado. (BARROS, s/d. p.2)

A estrutura montada procurava encobrir as ações do Estado e, sob o apoio da mídia, grande parte da população passava a acreditar nas razões do governo e aceitá-las. A figura do cidadão “bom”, como aquele que é comportado, aquele que não protesta, que não reclama, foi fortalecida. Dessa forma, quem assim não o fosse, seria comunista. Alguém que não ama seu país, que estava contra o desenvolvimento econômico, portanto que precisa ser controlado. “Ame-o ou deixe-o”, é uma frase que representa o porquê de muitos terem sido exilados.

A doutrina do regime militar, com foco na segurança nacional, tinha como centro irradiador a Escola Superior de Guerra (ESG), a qual ajudou no avanço e desenvolvimento de diferentes órgãos repressivos e estava subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas. Contudo, ficou sob o comando do Exército durante a maior parte do regime.

Não podemos deixar de mencionar o

Decreto-Lei no 667/1969 que reorganiza as PMs e os Corpos de Bombeiros (CBs), define-os como forças auxiliares, reserva do Exército e remodela a Inspetoria-Geral das Polícias Militares (IGPM), que passa a integrar o Estado-Maior do Exército (EME). Este Decreto e outros que o seguiram – Decreto-Lei no 1.072/1969 e Decreto no 88.777/1983 – regulamentam o papel de controle e de coordenação do Exército sobre as Polícias Militares. Este papel abrange organização, legislação, efetivos, disciplina, adestramento e material bélico das corporações estaduais, todos assuntos gerenciados pela IGPM (FONTOURA, RIVERO E RODRIGUES,2009.p.138.)

Como principais instrumentos de repressão criados no período, Coimbra (2000) cita, entre outros, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), o qual tinha como função adaptar o material bélico das Forças Armadas à lógica da segurança; o Sistema Nacional de Informações, tendo no ápice o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e na base as ações



de tortura, quando comparado a uma pirâmide; o Serviço Nacional de Informações (SNI), coordenando os trabalhos do CSN; a Operação Bandeirante (OBAN), a qual teve apoio financeiro de multinacionais como a Ford e contou com efetivo das Forças Armadas e polícias; o Destacamento de Operações Internas/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em cada região do país, o qual passou a dispor de todos os organismos de segurança das áreas onde estavam.

Esses aparelhos formaram a estrutura para pôr a ordem e para manter a vigência do poder ditatorial. Dentro dessa montagem, várias situações desumanas foram vividas pelos opositores do regime, sendo comuns as torturas nos inquéritos.

De acordo com Soares (2010), a questão da tortura não é algo novo no nosso país, pois se constitui numa verdadeira herança deixada pelos portugueses, os quais sujeitaram índios, pobres e negros, tentando-os disciplinar, vigiar e controlar. Foi, contudo, mais uma estratégia usada na ditadura, ganhando um novo impulso nesse momento. Como mecanismos clássicos de tortura no período, têm-se como exemplos o pau de arara, o afogamento, a queimadura com cigarro e o sufocamento. Este último parece algo banal como bem retratou a primeira edição do filme “Tropa de elite”.

Assim, muitos, por defenderem suas convicções, foram presos, torturados, exilados e banidos. Fato interessante a se observar é que

[...] foi nessa época que surgiu e cresceu o reconhecimento de que eles, “os subversivos”, tinham direitos invioláveis, mesmo que condenados de acordo com a lei vigente; que continuavam portadores “do direito a ter direitos” como qualquer ser humano (SOARES, 2010.p.27).

Entretanto:

Para muitos, os Direitos Humanos eram considerados “direitos de bandidos” ou artimanhas dos advogados. A repressão atingiu opositores membros das classes médias, como professores e estudantes, advogados e jornalistas, artistas e religiosos, além dos suspeitos de sempre, como ativistas e sindicalistas da cidade e do campo. A maioria, que nunca tinha visitado prisões, passou a sentir na pele a situação desumana dos ditos “presos comuns”, oriundos das classes populares (IBIDEM, 2010.p.27.)

Nem as mulheres eram poupadas:

A tortura de mulheres, além da barbárie explícita, revela o pior sadismo sexual na dominação e degradação da condição feminina, como uma vingança perversa contra as que ousaram “sair de seu lugar (IBIDEM, 2010.p.28).

Isso nos revela um pouco de parte das situações de repressão, bem como em que condição a mulher era colocada na sociedade brasileira da época. Algo a se dizer é que os direitos humanos constados tanto na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão como na Declaração Universal dos Direitos Humanos foram ignorados:

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (Artigo III e V da Declaração Universal dos direitos humanos).

Infelizmente, na ditadura militar, vidas foram sacrificadas, a liberdade suprimida e várias ações desumanas realizadas. As forças de segurança executavam suas atividades repressoras mesmo ignorando acordos e convenções internacionais. E como assinala Pinheiro (1981), o controle militarizado foi peça-chave desse Estado.

Com o fim desse período ditatorial, esse paradigma de segurança perde sua hegemonia. A transição do regime militar para o atual regime civil implicou um conjunto de confrontos sociais e políticos em torno do destino das instituições públicas e de seus papéis construídos em um socialmente almejado processo de democratização. A ideia de democracia passou a atuar como importante catalisador das lutas sociais pelo poder na sociedade brasileira, como nos mostra Barreira (2004).

E, posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, aparece um novo paradigma, o da Segurança Pública. Vale ressaltar que apesar da maioria das instituições do país terem passado por amplas reformas, as instituições policiais ficaram praticamente intocáveis, ou seja, sob os mesmos moldes organizacionais da Segurança Nacional.

## 2.2 A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, cita que Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Assinala ainda que é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Aponta como órgãos responsáveis as polícias federais, as rodoviárias federais, as ferroviárias federais, bem como as polícias civis, militares e corpo de bombeiros militares.

Destaca-se também que, no mesmo artigo, o texto constitucional prevê a possibilidade da criação das guardas municipais para a proteção do patrimônio. Nesse sentido, verificamos que nossa lei maior não descentraliza as ações de Segurança Pública para além dos âmbitos da federação e das unidades da federação, não privilegiando a participação dos municípios, ou seja, desconsiderando as especificidades locais.

Em paralelo à definição do conceito e ao estabelecimento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, a constituição expressa, em seu artigo 142, o papel das Forças Armadas, destacando que a elas cabem a função da garantia da segurança nacional, da soberania e dos poderes constitucionais. A segurança nacional ora citada refere-se à proteção das fronteiras do país, compreendendo as marítimas, do espaço aéreo e terrestre. Isso possibilita diferenciar as ações do Estado em relação ao âmbito da segurança.

A concepção de Segurança Pública, de acordo com a legislação do país, tem como objetivo assegurar a proteção de todos. O que remete à prevenção e não à repressão como era característica da ditadura. Nesse sentido, vale salientar que apesar de inovar ao abordar que Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, o texto constitucional não cita a atuação de outros órgãos do Estado como a escola, por exemplo, na prevenção da violência. Da mesma forma, não menciona o papel da mídia e da comunidade.

Mas Fontoura, Rivero e Rodrigues (2009) nos alertam para o fato de que os constituintes que dissertaram sobre Segurança Pública na chamada constituição cidadã sofreram influência de militares das Forças Armadas e das

polícias, os quais contribuíram para a redação do texto final. Apontam também que não havia uma proposta homogênea sobre a área de segurança pública, dos grupos mais progressistas ligados à esquerda, o que favoreceu a atuação daqueles.

Assim, permaneceram aspectos como a existência do militarismo nas polícias, dessa forma, dando continuidades a características do período ditatorial na Segurança Pública. Muitas rupturas, que seriam necessárias para uma efetiva mudança, não aconteceram. Sobre isso, Fontoura, Rivero e Rodrigues (2009) destacam o fato da existência de uma justiça militar para julgar a maioria dos crimes militares, uma polícia que ainda é auxiliar do exército, assim como persiste um modelo dual, um ciclo incompleto nas atividades de polícia, o que copia um modelo que se mostrou adequado para combater os inimigos durante a ditadura militar de 1964. Noutra perspectiva, Mariano (2004) fala que para se criar um novo modelo de polícia são necessárias novas normas e leis, bem como a valorização de seus integrantes e o fortalecimento da instituição: “Não basta ser polícia, são necessárias regras de polícia, e fundamentalmente, regras novas para não repetir as estruturas que marcaram grande parte das polícias (MARIANO, 2004, p.65).

Notamos também outro ponto onde a constituição vigente deixou de analisar, como o fato de o policiamento ser uma atividade civil, portanto, necessitando de profissionais civis, segundo Mariano (2004). Uma vez que, comumente ao policial cabe a função de agir em conflitos como: briga de vizinhos, acidentes de trânsito, bem como em furtos, roubos, entre outras, no seu dia a dia, função que não requer o aprendizado de códigos e regras militares, de estratégias de guerra nem tão pouco leis militares. A militarização promove uma mistura dos profissionais de segurança pública com os das Forças Armadas, ou seja, dá aspectos de combatentes a agentes que devem zelar pela paz e tranquilidade, em parte imita o que existia quando falávamos em Segurança Nacional.

Fontoura, Rivero e Rodrigues (2009) também ressaltam a importância de entendermos o que a constituição define como ordem pública,

função da Segurança Pública, pois a partir disso podemos compreender a missão das polícias. O texto constitucional, contudo, não a define, o que dá margem a interpretações ambíguas e ações autoritárias em relação à ordem.

Outra questão que não podemos deixar de mencionar é que sucedendo o paradigma de Segurança Nacional e entendendo essa nova perspectiva de Segurança Pública, Freire (2009) assinala que a constituição de 1988 também aprofunda a descentralização administrativa. Dessa forma, segurança pública passa a ser prioritariamente responsabilidade dos Estados-membros, até mesmo por serem as polícias civis, militares e corpo de bombeiros militares subordinadas à gestão deles. Isso dotou os estados de autonomia na condução de suas políticas de segurança.

Nesse contexto, bem como pelo fato de a violência extrapolar os limites das unidades da federação, o Governo Federal procurou intervir, de modo a promover a articulação das polícias. Nessa perspectiva, Freire (2009) aponta que em 1995 foi criada a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública, em 1998 transformada na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). De acordo com dados do Ministério da Justiça (2009) essa secretaria tem como finalidade, entre outras, assessorar o Ministério da Justiça na definição e implementação da política nacional de segurança pública, elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública, referentes ao setor público e ao setor privado, planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública.

Dentro dessa lógica de articulação, o governo federal, através da SENASP e do Ministério da Justiça, criou, em 2003, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que, segundo dados do Ministério da Justiça (2009), tem como foco principal ações que envolvem gestão do conhecimento, a reorganização das instituições, a formação e valorização profissional, a prevenção, a estruturação das perícias, o controle e a participação social, bem como programas de prevenção de violência. No mesmo ano, também foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública, tendo como objetivo “apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas

diretrizes do Programa de Segurança Pública para o Brasil do Governo Federal” (FONTOURA, RIVERO e RODIGUES, 2009, p. 171)

Podemos apontar ainda outras ações do governo federal, como a implantação da Matriz Curricular Nacional, a Rede Nacional de Educação à Distância, assim como a Criação de uma Força Nacional.

Certamente são ações importantes, mas que não deixam de lado o caráter focalizado dessas medidas, uma vez que não existem referências a questões mais gerais, como a questão de leis militares da época de ditadura, entre outras, dessa forma fazendo com que muitas dessas mudanças pareçam ficar apenas no discurso. E isso é o que realmente acontece muitas vezes, condenando os velhos problemas a se repetirem, fazendo com que os objetivos da segurança pública não sejam alcançados.

Soares (2006) nos fala que o contexto institucional das polícias caracteriza-se pela fragmentação, de ausência de laços orgânicos na esfera da coordenação das políticas públicas, e que o problema maior não é a distância formal.

As polícias brasileiras, de um modo geral, são ineficientes na prevenção e na repressão qualificada, na investigação e na conquista da indispensável confiança da população. Problemas ligados à corrupção e à brutalidade ultrapassam qualquer patamar aceitável. São refratárias à gestão racional, não avaliam a própria *performance*, nem se abrem a controle e monitoramento externos. Não se organizam com base em diagnósticos sobre os problemas a enfrentar, o modo de fazê-lo, as prioridades a definir e as metas a identificar. Não planejam sua prática, a partir de diagnósticos, fundados em dados consistentes, nem corrigem seus erros, analisando os resultados de suas iniciativas – os quais, simplesmente, ignoram. São máquinas reativas, inerciais e fragmentárias, inscritas num ambiente institucional desarticulado e inorgânico, regido por marcos legais rígidos e inadequados. Os profissionais não são apropriadamente qualificados e valorizados e as informações não são ordenadas de acordo com orientação uniforme, que viabilize a cooperação. Há ainda o dramático sucateamento da perícia e o conjunto de dificuldades que derivam da dicotomia: polícia civil-PM. Uma questão especialmente relevante é a segurança privada ilegal (não aquela legalmente constituída), que tem privatizado a segurança pública, envolvendo os policiais no segundo emprego, do qual o Estado acaba refém, porque dele depende a viabilização do insuficiente orçamento público (SOARES, 2006, p.100).

Tais observações são vergonhosas para a segurança do país. Junto a isso, podemos dizer:

A redemocratização do País não significou o fim das práticas ilegais e violentas que têm caracterizado o dia-a-dia dos dispositivos policiais, já que o retorno ao Estado democrático de Direito não representa a automática hegemonia dos princípios democráticos e da legalidade na operacionalização dos serviços policiais (BRASIL, 2000, p.114)

Dessa forma, observamos que se durante o período militar o governo tolerou e promoveu a violência policial como instrumento de controle político, na contemporaneidade, como afirma Mesquita Neto (1997), diminuiu, mas a violência como instrumento de controle social e da criminalidade não desapareceu. Alguns grupos policiais que foram treinados para caçar e torturar os inimigos do regime militar nos anos de chumbo, também continuaram a existir com as mesmas técnicas e métodos. É, portanto, inadmissível ignorar tais questões. Não se pode aceitar que agentes do Estado com a função de garantir segurança pública façam o contrário, passando da defensiva para a ofensiva.

A violência policial, bem como toda atividade estruturada pelo modelo reativo de policiamento, é seletiva. Ela se faz presente quando as vítimas são pobres e humildes; quando os próprios policiais intuem que eles situam-se tão à margem da sociedade que seus eventuais e improváveis protestos não serão ouvidos (ROLIM, p. 48).

Nesse contexto, onde o paradigma de Segurança Pública se mostra fracassado e ineficaz, emerge a discussão sobre Segurança Cidadã, constituindo-se numa perspectiva de enfrentamento da violência que busque uma real efetivação dos princípios democráticos.

### 2.3 PENSANDO EM SEGURANÇA COM CIDADANIA

De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU) (2007), segurança com cidadania pode ser entendida como um conjunto de intervenções realizadas por atores estatais e sociais, voltadas para a abordagem e resolução de riscos e conflitos violentos

e/ou delituosos, os quais lesam os direitos e as liberdades das pessoas, mediante a prevenção, o controle e/ou a repressão do mesmo. A lógica da segurança cidadã parte da natureza multicausal da violência, defende ações por meio de políticas públicas integradas e através de vários órgãos, dessa forma, entende que a violência, como um problema múltiplo e complexo, requer uma resposta com as mesmas características.

“Esse novo protagonismo em matéria de prevenção e segurança abandona conceitos de apenas preservar a ordem pública e repressão imediata ao marginal inimigo da sociedade para a elaboração de processos democráticos descentralizados, com alargamento das atribuições do município e responsabilidades de todos, gerando maior controle social e exercício de direitos às comunidades locais (VENDRAMINI, 2010, p.174)”

Essa perspectiva de segurança surgiu na América latina tendo como princípios a implementação integrada de políticas setoriais em nível local, segundo Freire (2009). Nessa perspectiva, Vendramini (2010) aponta que em Quito, foi desenvolvido um conceito de segurança cidadã para a administração pública municipal, sendo também criadas políticas preventivas que reduzissem os fatores de risco e aumentassem os fatores de proteção das pessoas, além de criado um organismo para administrar os programas locais e o cumprimento de acordos traçados em convênio. Dessa forma, a segurança cidadã procurou vincular-se à doutrina dos direitos humanos e respeito aos direitos individuais, bem como mobilizou agentes sociais como protagonistas desse processo.

De acordo com o mesmo autor, em Bogotá, também se implantou um modelo de polícia cidadã, realizando-se combinação de projetos, principalmente em zonas conturbadas e ocupadas pelo tráfico de drogas, aumentando-se o efetivo policial para o policiamento comunitário e também capacitando policiais para uma segurança pública com cidadania. Nesse caso, também foi bem decisivo para o sucesso do programa a massificação da comunicação social. Essa experiência teve grande êxito ao conseguir reduzir bastante os índices de homicídios.

Pelos exemplos, percebe-se que para realizar segurança com cidadania faz-se necessário o envolvimento não só das policias, mas também e principalmente do governo e da sociedade. Segundo Freire (2009), é



imprescindível destacar ainda o papel conferido aos municípios na implementação de uma política de Segurança Cidadã. Assim observamos que, em contraste com o paradigma anteriormente abordado, em que as ações são de competência principalmente das instituições policiais federais e estaduais, na perspectiva de Segurança Cidadã, além do papel de suma importância das instituições policiais, é conferido também espaço de atuação local, principalmente na gestão das políticas setoriais voltadas para prevenção da violência.

Diante disso, o relatório do PNDU (2007) propõe 5 (cinco) categorias intervenções para a construção de uma segurança com cidadania, as quais compreendem a inclusão social e a diminuição de fatores de riscos da criminalidade: melhorar os contextos urbanos associados ao medo, facilitar o acesso à resolução de conflitos, construir, em termos genéricos, capacidades institucionais e melhorar a eficácia policial e aumentar a confiança dos cidadãos nessas instituições, e o cumprimento voluntário das normas. Ainda são apontadas como objetivos dessa política, aumentar a potencialidade de alguns cidadãos para levar aos outros a capacidade de consenso e de solução pacífica de conflitos entre cidadãos, bem como a capacidade de comunicação, de interpretação deles por meio da arte, da cultura da recreação e do esporte. Dessa forma, numa sociedade com alta coesão e sentimentos de cooperação torna-se possível inibir o comportamento criminoso.

Na perspectiva de Segurança Cidadã, o foco é o cidadão e, nesse sentido, a violência é percebida como fator que ameaça o gozo pleno de sua cidadania. Em outras palavras, permanece a proteção à vida e à propriedade já presente no paradigma de Segurança Pública, mas avança-se rumo à proteção plena da cidadania, de acordo com Freire (2009).

No Brasil, é possível perceber tentativas de aproximação com o conceito de segurança cidadã nos últimos anos. Freire (2009) assinala que em 2003, a Secretaria Nacional de Segurança Pública iniciou o projeto de cooperação técnica “Segurança Cidadã”, em parceria com as Nações Unidas e

com a colaboração de técnicos colombianos que iniciaram a implementação do conceito em seu país.

Dentro dessa lógica, por conseguinte, o Ministério da Justiça, em 2007, lançou o que pretende ser o plano mais abrangente do ponto de vista preventivo do país, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)<sup>4</sup>. Esse programa articula políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção, buscando atingir as causas das violências, entretanto não rompe com as estratégias de ordem social e de segurança pública. Assim, não deixa de privilegiar o investimento em armas e viaturas, mas inova ao abordar as políticas sociais como educação, bem como no que se refere à gestão e à articulação em que ele promove entre os diferentes níveis do governo. Com esse programa, o governo federal procura responsabilizar-se mais em relação à Segurança Pública, dessa forma, implementando mais o setor, o qual tem nos estados-membros sua maior evidência e, principalmente, envolver os municípios.

Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial, bem como o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Nesse sentido, além dos profissionais de segurança pública, o programa também tem como foco jovens de 15 a 24 anos, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei, presos ou egressos do sistema prisional. Também são alvos os reservistas, devido possuírem conhecimento militar e poderem ser aliciados pelo crime organizado.

O Pronasci é composto por 94 ações que envolvem a união, estados, municípios e a comunidade. Entre outros, destacam-se: o Bolsa-Formação - projeto que concede aos profissionais de segurança que recebem até 1700 reais, uma bolsa de 400 reais para aqueles que participam de algum curso credenciado, promovido ou reconhecido pela SENASP; Mulheres da Paz

---

<sup>4</sup> O que é Pronasci? Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRN N.htm>; Acessado em 17/01/2012.

- projeto que capacita líderes das comunidades em temáticas como ética, direitos humanos e cidadania para atuarem como multiplicadoras do programa, tendo com objetivo aproximar os jovens com os quais o programa se propõe a trabalhar; Protejo - projeto em que jovens bolsistas em territórios de conflitos atuam como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas “mulheres da paz”, objetivando atingir outros jovens afim de tentar resgatar a cidadania nas comunidades, e Território da Paz - um dos projetos mais importantes, pois se propõe integrar as forças policiais, guardas municipais em regiões que apresentam alto índice de violência, atuando com equipes multidisciplinares objetivando a integração do jovem e da família, segurança e convivência.

O Pronasci já realizou ações em mais de 150 municípios, em vinte e dois estados brasileiros, além do Distrito Federal. A proposta do programa é desafiadora, e mais, tenta acender a ideia de segurança com cidadania dentro da política de segurança no Brasil. O interessante a se observar é que, ao se propor uma segurança com cidadania, tenta-se solucionar problemas de violência e insegurança para além do tradicional modelo repressivo, mas procurando mediar questões de garantias e direitos inscritos legalmente que muitas vezes são ignorados para muitas famílias e pessoas.

Apesar da inovação que o programa implantou, ainda há muito que se fazer e se mudar. Nessa perspectiva, é fundamental o compromisso e a seriedade governamental com questões de segurança, o que parece não ser tão importante para a atual chefe do executivo federal. Nesse sentido, em seu primeiro ano de governo,<sup>5</sup> a presidente Dilma Rousseff cortou pela metade as verbas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Dos mais de dois bilhões de reais previstos pelo orçamento de 2011, pouco mais de um bilhão foi aplicado, segundo reportagem do jornal O Globo, que utilizou dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

---

<sup>5</sup> Cortes na segurança pública. Disponível em < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,cortes-na-seguranca-publica-,823615,0.htm> > Acessado em 15/02/2012.

Por causa do corte, alguns dos projetos anunciados durante a campanha eleitoral de 2010 pela atual presidente, como o da construção de postos de polícia comunitária e a modernização de cadeias, não foram realizados. Outros projetos, como o Bolsa Formação, receberam bem menos recursos que antes, ocasionando a redução do número das bolsas pagas aos profissionais de segurança pública. Algo semelhante ocorreu com as verbas destinadas ao combate ao crime organizado. Essa redução de investimentos no Pronasci é consequência do ajuste fiscal determinado por Dilma, no início de 2011.

Percebemos, todavia, que além das barreiras institucionais, faz-se necessário ultrapassar as barreiras políticas e ideológicas para se pensar numa efetiva mudança na segurança pública no Brasil. O que não podemos admitir é que medidas policiais figurem entre os principais protagonistas do controle social, principalmente aqueles que são taxados de “vagabundos” e “pilantras”, e que os direitos humanos estejam apenas escritos em artigos e legislações.

Diante do exposto, passamos a aprofundar nossa discussão no ponto central desse trabalho, no qual nos focamos na experiência do policiamento “Ronda do Quarteirão”, iniciado em 2007, no Ceará.

### **3 O RONDA DO QUARTEIRÃO NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ**

#### **3.1 ALGUNS ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR**

Como ressalta a Constituição Federal de 1988, as polícias militares constituem órgãos de segurança pública. Nos parágrafos 5º e 6º, do artigo 144, do texto constitucional, cita-se que às polícias militares cabem as polícias ostensivas e a preservação da ordem pública, bem como são forças auxiliares do exército e que se subordinam aos governadores dos estados, do distrito federal e dos territórios.

No artigo 187 da constituição estadual do Ceará, destaca-se ainda que a polícia militar do Ceará é uma instituição permanente, orientada com base nos princípios da legalidade, da probidade administrativa, da hierarquia e da disciplina. Aponta-se ainda que ela tem como missão fundamental exercer a polícia ostensiva, garantir os poderes constituídos no regular desempenho de sua competências.

Nesse sentido, no Ceará, a Polícia Militar insere-se na administração pública estadual como um órgão vinculado operacionalmente à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). O cargo de secretário do órgão atualmente é ocupado pelo Coronel da Polícia Militar José Bezerra.

Diante disso, no que toca às organizações Polícia Militar - e Corpo de Bombeiros Militar- é importante assinalar que os princípios da hierarquia e a disciplina são as bases institucionais dessas corporações, de acordo com o artigo 29 da lei 13.729, a qual dispõe sobre o estatuto dos militares estaduais. Nesse sentido, a referida lei observa que a autoridade e a responsabilidade do militar estadual crescem com o grau hierárquico. Assim, é interessante dizer que nas corporações militares do Ceará o menor grau hierárquico é composto pelo soldado e o maior pelo Coronel, sendo este a oito “degraus” do primeiro.

Dando suporte a essa hierarquia e disciplina, bem como para nortear o comportamento ético e estabelecer os procedimentos para a apuração das responsabilidades administrativas e disciplinares, tem-se a Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003, a qual instituiu o “Código Disciplinar da Polícia Militar do

Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará”. Esse código também discorre sobre os valores fundamentais da moral militar, traduzidos em normas de conduta as quais são impostas aos militares, tentando nortear a vida do policial, até mesmo quando o militar não está trabalhando. Nesse sentido, friso que os militares da ativa e os da reserva remunerada (passagem do militar à situação de inatividade) os únicos servidores do Estado que, entre outras práticas, não podem fazer manifestações coletivas, de caráter reivindicatório<sup>6</sup>, pois ficam sujeitos às sanções da legislação; dessa forma, eles podem ser presos sem cometer crime. Isso implica que além das normas comportamentais e das condutas do quartel, existe um rígido controle fora dessa instância, “um poder superior”, que por vezes se expressa em ações autoritárias.

Algo que exemplifica bem o que antes foi citado são as mensagens postadas no fórum da comunidade do Orkut<sup>7</sup> da polícia militar “comando ameaça policiais de LTS”. O tema do fórum refere-se a uma publicação do Boletim do Comando Geral da PMCE, o qual determina que os comandantes dos quartéis façam visitas ou designem alguém do comando para fazer um acompanhamento aos policiais que se encontram de Licença para Tratamento de Saúde (LTS), entretanto, de acordo com as mensagens: as visitas são para intimidar os policiais doentes, numa tentativa de impedir que os policiais tirem essa licença; caso houvesse uma real preocupação com a saúde dos militares

---

<sup>6</sup> Reivindicações do tipo greve para policiais militares e bombeiros é algo ilegal segundo a legislação militar. Entretanto, como qualquer outro trabalhador esses profissionais também estão sujeitos a precárias condições de trabalho, recebendo muitas vezes uma remuneração que não lhes são justas, os forçando a exercer um segundo emprego e submetidos a exaustivas jornadas de trabalho. E mais: tais trabalhadores, por vezes são submetidos a situações bem estressantes, insalubres e complexas. Enquanto militar são profissionais orientados por rígidos e conservadores códigos. Porém, mesmo contrariando suas condições de militares, os profissionais bombeiros e policiais são pessoas que tentam ser escutados, reclamando um basta quanto à organização e funcionamento e relações de poder que ocorrem dentro dos seus quartéis, bem como ter direitos que pessoas civis têm. Bons exemplos são as greves de policiais militares e civis - sendo a estes concedidos o direito de greve - do Ceará em 1997 e a iniciada no final do ano de 2011 por policiais e bombeiros militares. Na primeira, reclamando melhores salários, e na última além de uma remuneração mais digna, um código de ética que contemple a questão do assédio moral. Outras paralisações de militares no Brasil sinalizam a exaustão de situações e condições adversas às quais se tem posto a eles e demonstrado que se faz necessário se pensar em um novo modelo de segurança para o Brasil ou ao menos a reforma do atual.

<sup>7</sup>Disponível

em <<http://www.orkut.com.br/Main#CommTopics?cmm=8582091&q=visita+a+policiais+doentes&pno=4>, >Acessado em:28/09/2011.

eles receberiam a visita de um psicólogo ou assistente social. Situações desse tipo, com características repressoras, geram conflitos na instituição que se refletem ao longo da cadeia hierárquica. Dessa forma, quem esta na execução da atividade fim, principalmente as “praças” são taxados de “macetosos” ou “inchadores”, ao mesmo tempo em que aos seus comandantes é atribuída a denominação de “acochador”. Essa questão reforça uma ideia presente entre as “praças” da Polícia Militar do Ceará: a de que existem duas polícias, uma deles e outra dos oficiais, como se fossem “os donos”.

Outro fato a se atentar é que, se internamente existem rígidas leis, costumes, códigos, práticas a se seguir como militar, que beiram a ilegalidade e quase sempre são ilegítimos, no trato com a população a situação é outra, prevalecendo o poder discricionário do militar, ou seja, aquilo que por ele é tido como justo ou correto. Isso produz uma incongruência muito grande porque deixa lacunas entre “o ser” e o “deve ser”, até mesmo porque se os policiais que cotidianamente estão nas ruas são pessoas postas a situações abusivas e autoritárias, isso pode influenciar para que eles tenham um comportamento parecido para com a população, dessa forma, colocam em xeque os princípios e leis que orientam a prática policial militar e, mais ainda, a Segurança Pública no estado e a democracia brasileira.

Destacamos que a Polícia Militar do Ceará, conforme o Decreto nº 28.065/05, está estruturada basicamente em órgão de Direção Superior, órgãos de Assessoramento, órgãos de Execução Programática e órgão de Execução Instrumental. Dessa forma, a Direção Superior é constituída pelo Comando-Geral e Comando-Geral Adjunto. Atualmente o cargo de comandante geral da PMCE é ocupado pelo Coronel Werisleik Pontes Matias; como Adjunto tem-se o Coronel PM José Jarbas Araújo dos Santos. Os órgãos de Assessoramento são formados pelo Estado Maior e pela Ajudância Geral.

Assim, de acordo com o Decreto nº 30.285 de 18 de agosto de 2010, os órgãos de Execução Programática são:

1. Companhia de Policiamento Rodoviário (CPRv), a qual foi transformada em Polícia Rodoviária Estadual (PRE).

2. Comando de Policiamento da Capital (CPC).
  - 2.1. 5º Batalhão de Polícia Militar.
  - 2.2. 6º Batalhão de Polícia Militar.
  - 2.3. Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque).
  - 2.4. Esquadrão de Polícia Montada (EPMont).
  - 2.5. 2ª Companhia de Policiamento de Guarda (CPG).
3. Comando de Policiamento do Interior (CPI).
  - 3.1. 1º Batalhão de Polícia Militar. (Russas)
  - 3.2. 2º Batalhão de Polícia Militar. (Juazeiro do Norte)
  - 3.3. 3º Batalhão de Polícia Militar. (Sobral)
  - 3.4. 4º Batalhão de Polícia Militar. (Canindé)
  - 3.5. 7º Batalhão de Polícia Militar. (Crateús)
4. Batalhão de Policiamento Comunitário (BPCom).

Exceto os quartéis com os nomes dos municípios sedes acima identificados, o restante se localiza em Fortaleza e região metropolitana. É interessante destacar que nessa estrutura o BPcom constitui um batalhão de polícia bem recente, resultado da criação do programa Ronda do Quarteirão, de acordo com o decreto anteriormente citado. Outro ponto a se observar é que esse batalhão assim como a PRE aparece isoladamente, tanto do CPC quanto do CPI, o que não acontece com os demais órgãos policiais. Isso revela que suas áreas de atuação compreendem tanto capital quanto interior. Ainda, segundo o referido decreto, constituem os órgãos de Execução Instrumental: a Diretoria de Finanças (DF); Diretoria de Pessoal (DP); Diretoria de Apoio Logístico (DAL); Diretoria de Saúde e Assistência Social (DSAS); Centro



Odontológico; Colégio da Polícia Militar (CPM) e Hospital da Polícia Militar. Lembro, porém, que atualmente o Hospital Geral da Polícia Militar saiu da estrutura da (SSPDS) e passou a integrar a rede de hospitais da Secretaria da Saúde do Estado.

Basicamente dessa forma está estruturada a Polícia Militar do Ceará. Contudo, é interessante dizer que essa estrutura então apresentada não engloba todas as unidades da corporação. Assim, ficando de fora a Companhia de Polícia Militar Ambiental (CPMA); Pelotão de Motos/Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO), a Companhia de Policiamento Turístico (BPTur) e CANIL.

Diante disso, não podemos deixar de mencionar que essa estrutura, segundo Cruz (2010), não corresponde por completo à realidade prática da instituição. Nesse sentido, a autora assinala que o Estado Maior, a Ajudância Geral, diretorias e órgãos de apoio, mesmo estando num grupo a parte do Comando-Geral, a ele estão vinculados.

A partir disso, podemos supor que nem todas as práticas da instituição Polícia Militar do Ceará correspondem ao que diz a legislação, assim como nem toda mudança realmente se efetiva, podendo prevalecer o que mais se adequa ou o que mais interessa fazer. Isso nos mostra como a rigidez ou o conservadorismo institucional pode prejudicar alguma tentativa de mudança.

## 3.2 UMA ANÁLISE DESCRITIVA DO PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO

### 3.2.1. CONHECENDO O RONDA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O governo define o programa Ronda do Quarteirão como um novo tipo de policiamento. Assinala que os esforços estariam concentrados na filosofia de polícia comunitária, consistindo assim numa tentativa de criar uma polícia técnica mais próxima da sociedade, fazendo dos agentes de segurança pública, agentes transformadores da pacificação social.

Lançado em 2007, depois de muita especulação da imprensa local e de polêmicas envolvendo a compra de viaturas (Toyota Hilux SW4), comentários sobre o novo fardamento e, principalmente, da espera da população por mais segurança, surge o Ronda do Quarteirão. Dessa forma, “diante de tudo que já foi experimentado na área, surge como uma estratégia dos dispositivos policiais em busca de credibilidade e confiança junto aos setores da sociedade (LOPES, 2008, p.51). Nesse sentido, “o Ronda do Quarteirão adotou abordagens assemelhadas ao policiamento comunitário ou de proximidade com a população” (LOPES e MOTA BRASIL, 2010, p.97).

Lopes (2008) acrescenta ainda que o fato de uma viatura nova, bem diferente de antigas “paratis”, bem como a mudança no fardamento, tipo “azul cáqui” em contraste com a dos policiais tradicionais que era marrom, foi necessário para diferenciar o novo policiamento do tradicional. Proporcionando, dessa forma, que o policiamento Ronda ficasse caracterizado no imaginário da população.

O autor também nos lembra que a busca de credibilidade pelo setor de segurança pública no estado não é novidade. Dessa forma, refere-se ao programa Ronda do Quarteirão, em termos *foucautiano* como um “acontecimento” na segurança pública do Estado.

Fato a se observar é que, durante a implantação do programa, em cada nova localidade em que era implantado, constantemente o governador estava presente para discursar sobre segurança pública, mostrar a população seu projeto. Nessa lógica, também é interessante ressaltar que no início do programa houve uma grande carreata com as viaturas policiais, saindo de Maracanaú e indo até Fortaleza, “cortando” de Leste a Oeste parte da região metropolitana e a capital cearense. Apresentava-se assim, os novos equipamentos da segurança pública do Estado para a população.

Quando o programa de policiamento foi lançado, ele estava “ligado” diretamente à SSPDS, mesmo sendo constituído por policiais da PMCE. Essa situação só se inverteu com a promulgação do Decreto nº 30.285 de 18 de

agosto de 2010, o qual insere na estrutura organizacional da PMCE o Batalhão de Policiamento Comunitário. Dessa forma aparece o Ronda do Quarteirão “na Polícia Militar” do Ceará.

Tal decreto ainda considera que a implantação do policiamento comunitário da PMCE, através do Ronda do Quarteirão, foi realizado em 21 de novembro de 2007. Ressalta que ficam distribuídos na estrutura organizacional da corporação 45 cargos de direção e assessoramento superior, bem como estabelece que o militar estadual nomeado para o exercício dos cargos no BPCom terá jornada de trabalho de quarenta horas semanais. Essa jornada de trabalho difere um pouco de quando o projeto foi lançado que era de 48 semanais. É interessante lembrar que os policiais do programa trabalhavam seis dias seguidos, tanto à noite quanto durante o dia. Atualmente a escala de quem trabalha à noite segue a sequência de 3 (três) dias de trabalho por 1 (um) não trabalhado (3/1) e 3 dias de trabalho por 2 não trabalhados (3/2). Os policiais que trabalham durante o dia tem outra escala, sendo 4/1 e 4/2. Isso foi resultado da mobilização da categoria em 2009, através de uma “greve branca”, na qual os policiais denunciaram não possuírem habilitação necessária para conduzir veículo de emergência, Cruz (2010). Em ambas as escalas, nos casos dos dois dias não trabalhados, no segundo dia os policiais precisam comparecer aos seus quartéis para realizarem atividades físicas, treinamentos de defesa pessoal, aula de policiamento comunitário, entre outras.

Na concepção do Programa Ronda a administração do Estado estabeleceu como focos prioritários<sup>8</sup>: a criação de polícia de proximidade, a utilização do uso legal e proporcional da força, por meio do irrestrito respeito aos direitos humanos, a qualificação em consonância com a utilização de tecnologia avançada e a interação com a comunidade.

De acordo com o governo, a interação com a comunidade seria realizada por meio de visitas às residências, escolas, condomínios, praças etc.

---

<sup>8</sup> **Ronda do Quarteirão.** Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes/ronda-do-quarteirao>> Acessado em 26/07/2011.

Nesse sentido, buscou-se a permanência da mesma equipe de policiais em cada área de serviço, tentando proporcionar aos moradores um laço de confiabilidade perdido pelo policiamento tradicional. No discurso, o programa aparece como algo no mínimo interessante, pois da maneira que foi prometido seria um início de mudança no policiamento militar no Ceará.

O Programa elegeu como centro de confluência dos interesses comuns de segurança um núcleo urbano geo-referenciado, com uma área de 1,5 a 3 quilômetros quadrados, abrangendo em média 25 mil habitantes. A divisão geográfica funcionaria como uma espécie de “cerca eletrônica”, para controle do limite de atuação, diretamente ligada à Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS).

Patrulhada por 12 policiais que se revezam 24 horas por dia, em três turnos, “A”, “B”, “C” e “folguistas”, ou seja, aqueles que ocupam a vaga dos que estão fora da escala. Inicialmente cada equipe era formada por uma moto e uma viatura equipada com computador de bordo, câmeras e celular 3G, para receber as chamadas de sua área. O número do telefone da viatura era formado pelo prefixo 3457 acompanhado pelo número da viatura, assim além do 190 para o contato com os policiais, à população foi dada a opção de ligar diretamente para o número da viatura. Diante disso, segundo o governo, o tempo médio para a chegada da polícia em uma ocorrência deveria ser de 5 minutos. Lembro ainda que as motocicletas (motocicleta 400cc, *off road*, Honda Falcon) já não mais acompanham o carro, elas tiveram que sair de circulação, pois começaram a quebrar, devido terem que seguir atrás da viatura e não poderem desenvolver velocidade compatível com sua potência, de acordo com Cruz (2010).

O jornal O povo (22/11/2007) noticiou que em cada área do Ronda os moradores receberiam um folheto com o número da viatura, o nome e fotos dos policiais que patrulham a região. Ainda informado no jornal, de acordo com o coronel Túlio Studart, comandante do Ronda do Quarteirão na época, o objetivo do programa seria realizar um policiamento preventivo, que se

antecipasse ao crime. O coronel falava em mudar a filosofia da polícia e aproximá-la da população.

Inicialmente, o programa foi implantado em cinco áreas de Fortaleza e teve a diversidade entre locais como fator de escolha - uma área muito pobre, de classe média, nobre e área residencial de população com predominância operária, com grande fluxo de pessoas e cidades dormitório, foram os aspectos escolhidos por decisão do Chefe do poder executivo.<sup>9</sup>

As áreas contempladas foram: Aldeota/Meireles/Praia de Iracema; Centro; Bom Jardim; Jangurussu e os Conjuntos Jereissate I, II e III, sendo as quatro primeiras localidades situadas em Fortaleza e a última em Maracanaú, na região metropolitana. Dados do governo apontam que após a implantação dos projetos pilotos, em novembro de 2007, as demais áreas seguiram um cronograma definido no projeto original que culminou com total de 122 áreas. Nesse sentido, de acordo com o Jornal O Povo (11/01/2008), cinquenta dias depois da primeira fase do Ronda do Quarteirão, 67%, ou seja, 82 das 122 áreas previstas no programa estavam sendo atendidas pelo policiamento. Segundo a SSPDS (10/03/2008), nessa data, Fortaleza já estava 100% coberta pelo Ronda do Quarteirão, eram 91 áreas na cidade. Desta maneira, o programa foi ampliado rapidamente.

Posteriormente, foram lançadas novas equipes em Caucaia (22) e Maracanaú (09) totalizando as 122 previstas para a primeira etapa do projeto. Só na primeira fase do Ronda do Quarteirão foram investidos R\$ 48.156.342,63, segundo dados da SSPDS (10/03/2008). Também de acordo com dados da secretaria foram envolvidos nessa fase cerca de 1500 policiais, praças e oficiais, e 264 viaturas, entre carros e motos.

A segunda fase de implantação desenvolveu-se ao longo de 2008, com o policiamento se estendendo aos outros dez municípios que completam a Região Metropolitana de Fortaleza e as cidades do Crato, Juazeiro, Barbalha,

---

<sup>9</sup> Ibidem.

Sobral, Itapipoca, Canindé, Crateús e Iguatu, a maioria delas com mais de 100 mil habitantes, de acordo com dados da SSPDS (10/06/2008).

Para tanto, foi fundamental o concurso público realizado em 2008 para o preenchimento de 2000 vagas. O referido concurso que inicialmente seria para o policiamento tradicional, foi destinado para a expansão do programa. Segundo dados da SSPDS (10/06/2008), com essa iniciativa, o governo diminuiu o processo de seleção, o qual foi de apenas duas etapas: a prova escrita objetiva e a convocação para a academia. Isso aumentou o tempo de formação dos soldados em dois meses, quando comparado com a formação da primeira turma. Entretanto ainda teve o fator “pressa” como característica. Mas também revela que os gestores perceberam que era necessário mudar o tempo de formação dos policiais para que eles fossem mais bem preparados.

O programa ampliou-se ainda mais, tendo uma terceira fase, atingindo municípios com mais de 50 mil habitantes, cobrindo 252 áreas, às quais estão sob o controle de 29 subunidades operacionais e contando com 3910 policiais. Hoje o programa está presente em 42 municípios do estado, entre o interior e região metropolitana<sup>10</sup>.

Lopes e Mota Brasil (2010) ressaltam que o Ronda, no seu primeiro ano, foi alvo de críticas tanto de setores da sociedade, como pelos policiais identificados com o modelo tradicional que se mostravam descontentes com o fato de o policiamento não estar vinculado à PMCE. Assinalam ainda que, com a sua expansão, isso se tornou mais frequente.

Nesse sentido, tais autores afirmam que existe dentro da PMCE um polo considerado humanista, que pensa de acordo com a filosofia do policiamento comunitário. Bem como outro, conservador, que apoia o policiamento tradicional, mais afeito às práticas de repressão.

---

<sup>10</sup> Histórico. Disponível em < <http://bpcomsede.blogspot.com/2011/03/batalhao-de-policiamento-comunitario.html> > Acessado em 06/10/2011.

No seu “trajeto de expansão”, o programa tem realizado algumas ações sociais, não citadas no projeto inicial, no sentido de tentar se aproximar da população e de ser pacificador social. Assim como exemplos dessas ações tem-se o Programa de Educação e Resistência às Drogas, “Proerd” e o “Ronda Cultural”. De acordo com dados do Diário do Nordeste (13/05/2011), o primeiro

[...] surgiu em 1983 nos Estados Unidos. Tem seus princípios baseados no D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education), criado pela professora Ruth Rich, em conjunto com o Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles. Nos dias atuais está presente nos 50 Estados americanos, e em 58 países. No Brasil, chegou em 1992, com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em 2003, chegou a Quixadá. Ficou paralisado de 2004 a 2009. Voltou no ano passado, com o apoio de empresários desta cidade. Nesse período, os instrutores pertenciam aos quadros da Polícia Militar.

O policiamento Ronda, a partir do referido programa, busca realizar ações na prevenção às drogas em pelo menos locais onde o Ronda está presente. Já o “Ronda Cultural”, segundo informações do Diário do Nordeste (04/04/2009), é uma iniciativa da SSPDS em parceria com a Secretaria da Cultura do Estado (Secult) e a Central Única das Favelas (Cufa), o qual tem como finalidade desenvolver atividades culturais nas áreas da música, dança e outras artes. Tais ações são importantes para a prevenção do crime, bem como para tentar uma aproximação entre polícia e comunidade, contudo são atividades pontuais e são realizadas apenas por uma pequena parcela dos policiais do Ronda do Quarteirão, “tentam reanimar algo que parece não querer sobreviver”. E como afirmou o major Plauto Roberto em entrevista ao jornal O Povo (04/12/2010), quatro anos depois da implantação do programa, o Ronda está “menos interativo” com as comunidades. Isso estaria fazendo com que o policiamento do Ronda esteja “caminhando” para igualar-se ao policiamento tradicional desencadeado pelos demais setores da Polícia Militar. Também, ultimamente, tem-se notado ações que procuram retomar o norte tradicional na corporação como um todo.

Nesse sentido, um bom exemplo são as ações do novo secretário de segurança pública do Estado, que assumiu o cargo em 2011, Coronel Bezerra, o qual tem se caracterizado em privilegiar o policiamento tradicional. Exemplo disso foi o aumento do efetivo do grupo RAIO e o treinamento de

policiais para compor um grupo semelhante ao BPChoque, o Comando Tático Rural (COTAR), companhia criada para coibir as ações criminosas no interior do Ceará. Numa reportagem ao jornal Diário do Nordeste o secretário afirmou:

Que os novos homens do Raio já estão passando por um intenso curso preparatório onde recebem todos os ensinamentos da doutrina do grupo e participam do pesado treinamento de rua, onde o “carro-chefe” do trabalho são as abordagens a suspeitos que transitam a pé, em bicicletas e motos. “Abordagens a veículos somente em casos específicos”. (DIÁRIO DO NORDESTE, EM 14/01/2011)

Isso nos revela como a repressão e a “caça aos bandidos” evidenciam-se no discurso do Coronel. E, mais ainda, justamente contra uma parcela da população estigmatizada, aquela que anda a pé, de moto e de bicicleta, os pobres principalmente. De forma semelhante, caracteriza-se o novo comandante da Polícia Militar, o Coronel Werisleik, pois após algumas prisões, numa entrevista dada ao Diário do Nordeste (17/05/2010), ele ressaltou:

O Ronda continuará sendo educado nas visitas à população, mas será eficaz nas abordagens e legalista no enfrentamento ao crime, nada será dispensado. Será Polícia comunitária, mas vai também combater o crime (...). Queremos uma parceria com o Comando do Policiamento da Capital (CPC). Nas visitas que os policiais do Ronda fazem à população, vamos obter informações sobre o crime e estas serão repassadas ao CPC e também à Polícia Civil. Assim, o enfrentamento à criminalidade pode obter melhores resultados.

Na fala do Coronel percebe-se que o Ronda do Quarteirão vai se assemelhando ao policiamento tradicional. Junto a isso, na prática, alguns fatos envolvendo policiais do programa têm sido evidenciados, como ações violentas, desastrosas e fora dos padrões legais e legítimos.

Como exemplos<sup>11</sup> dessas ações, ganharam destaque a morte do adolescente Bruce Christian de Oliveira, de 14 anos, em junho de 2010, quando vinha na garupa de uma moto com o pai e foi baleado na nuca por um policial do Ronda. Outro caso que ganhou destaque foi o do espancamento de

<sup>11</sup> Escândalos no Ronda do Quarteirão. Disponível em: <<http://www.leisecafortal.com.br/index.php/component/content/article?id=130>> Acessado em: 05/08/2011.



quatro jovens em março de 2009. Também esteve em evidência um capotamento em agosto de 2010, entre as cidades de Coreaú e Frecheirinha, no qual um PM morreu e uma adolescente de 15 anos, que também estava no carro, ficou gravemente ferida. Nesse episódio, fardados e em horário de serviço, os policiais haviam usado a Hilux da 2ª Companhia do 3º Batalhão para ir a um bordel.

### 3.2.2. NOÇÕES SOBRE O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O Ronda do Quarteirão adotou abordagens assemelhadas ao policiamento comunitário (LOPES e MOTA BRASIL, 2010, p.97.), mas surge no sistema estadual da segurança pública do Ceará definindo-se como policiamento comunitário, também intitulado de “a polícia da boa vizinhança”. Era a “nova polícia do Estado”, a polícia do governo Cid (2007-2010), uma de suas promessas de campanha para as eleições de 2006.

Rolim (2006) destaca, de acordo com estudos de algumas experiências da modalidade, que o policiamento comunitário tem se realizado apenas por uma parte dos policiais. Nesse sentido, assina que a ideia de um novo policiamento deve orientar uma mudança nas formas organizacionais da polícia para que os resultados sejam alcançados. De acordo com Skolnick e Bayley (2006), é fundamental uma preocupação com os meios, os policiais deixando de desenvolverem um trabalho “ambulatorial” e agindo nos estágios iniciais dos problemas.

Diante disso, destacamos que o policiamento comunitário cresceu a partir da concepção de que a polícia poderia responder de modo sensível e apropriado aos cidadãos e às comunidades (SKOLNICK E BAYLEY, 2006, p.57). Brodner (2002) apud Lopes (2008, p.64) mostra que “houve uma movimentação contínua de reforma do policiamento desde o final da Segunda Guerra Mundial”. Dessa movimentação, o policiamento comunitário torna-se evidente. Assim ele “assumiu popularidade e é visto com certa aceitação pelos

gestores, estudiosos e políticos” (LOPES, 2008, p.65). Entretanto Lopes (2010) lembra que o conceito tem sido largamente utilizado para qualquer estratégia de policiamento.

Mesquita Neto (2004) nos fala que, de acordo com a literatura, o policiamento comunitário é uma filosofia de policiamento que ganhou força nas décadas de 70 e 80, quando as instituições policiais, em diversos países da América do Norte e da Europa Ocidental, começaram a promover uma série de inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de enfrentar a criminalidade.

Diante disso, ressaltamos que modelos de policiamento comunitário não é novidade no Brasil. Mesquita Neto (2004), mais uma vez, nos lembra que durante o processo de transição democrática as organizações policiais no país passaram a promover algumas inovações visando transformar seu funcionamento. Tal autor resalta como primeiras experiências dessa modalidade de policiamento a de São Paulo, na qual, em 1985, foram criados conselhos comunitários de segurança, bem como foram realizadas algumas mudanças organizacionais. Nesse sentido, tiveram destaque as experiências de Ribeirão Preto e Bauru. Assinala que em 1997 a PM paulista criou, inclusive, uma comissão de assessoramento para a implantação do policiamento, dessa forma adotando o policiamento comunitário. Pontua ainda a experiência do Rio de Janeiro onde as ideias desse policiamento foram introduzidas na PM pelo então comandante geral Coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, no final da década de 80, durante o governo Leonel Brizola.

No Ceará, de acordo com Brasil (2000), as primeiras experiências de policiamento comunitário ocorreram com a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS), conhecidas pelo então capitão da Polícia Militar, Cintra, em viagem de estudo ao Canadá. A autora acrescenta que em 1995, no segundo governo Tasso Jereissati, é retomada a ideia dos CCS, os quais passam a ser denominados de Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS). Porém a autora pontua que foi com a criação da então Secretaria de

Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC) coordenada pela diretoria de cidadania desta secretaria que resultou na criação dos CCDS, com o objetivo de fomentar a colaboração entre a comunidade e órgãos de segurança pública no Estado. Nesse sentido, Barreira (2004) assinala que em 2002 havia quase 700 CCDS no Ceará, distribuídos principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana.

No Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária realizado pela SENASP, em 2007, está explícito que alguns princípios são necessários para a implantação do policiamento, entre os quais está o comprometimento da organização policial com a concessão de poder à comunidade; a ação com base na legalidade dos procedimentos e a valorização da vida das pessoas mais vulneráveis como jovens, idosos e pobres.

Mesquita Neto (2004) ressalta que outras inovações também são importantes para o desenvolvimento do policiamento comunitário, cita, entre outras: a organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade; a reorientação das atividades de policiamento para enfatizar os serviços não emergenciais; a descentralização do comando da polícia por áreas e a participação de pessoas não policiais no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das atividades da polícia. Dessa forma o policiamento incorpora a ideia de conduta proativa, no sentido de identificar as causas para prevenir o crime, segundo Rolim (2006).

Diante dessa explanação, nos propomos, nesse trabalho, a analisar a percepção da comunidade do São Francisco, no Grande Bom Jardim, sobre a atuação Ronda do Quarteirão. Tentando compreender a relação de aproximação entre polícia e comunidade, bem como sentimento de segurança e insegurança, confiança e desconfiança com o trabalho dos policiais rondantes.

## **4 A EXPERIÊNCIA DO “RONDA DO QUARTEIRÃO” NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE DO SÃO FRANCISCO: A ANÁLISE DE UM POLICIAMENTO.**

### **4.1 A COMUNIDADE E SEU CONTEXTO.**

A denominação de comunidade, usado neste texto, refere-se a um grupo de pessoas unidas pelo lugar, cujas relações de vizinhança e de interesses particulares ou comuns são marcadas pela cotidianidade e pelas determinações socioculturais e econômicas em que vivem, caracterização dada por Almeida e Mota Brasil (2002).

A comunidade São Francisco é um dos espaços de atuação do “Ronda do Quarteirão” e campo de pesquisa deste trabalho. Ela está situada na periferia da capital cearense, mais especificamente, compreendendo parte do bairro Bom Jardim, localizado na regional V<sup>12</sup>. Historicamente, de acordo com Andrade et al (2011), a ocupação no bairro teve início no começo dos anos 50. Na região, existiam propriedades rurais, algumas foram compradas pela Caixa Econômica Federal, com o objetivo de construir casas populares para atender a demanda populacional da cidade. Outras foram compradas por imobiliárias e por pessoas interessadas em construir seu imóvel numa região considerada calma e tranquila.

O Bom Jardim, como outros locais da cidade, foi crescendo sem planejamento urbano, recebendo principalmente pessoas do interior do Estado, fugidas da seca. Ao crescimento desordenado do bairro, seguiram a falta de uma infraestrutura básica de esgoto, saúde com equipamentos precários, poucas opções de lazer, desemprego e tráfico de drogas. A pobreza da grande população do bairro é uma característica bem marcante. Ainda, segundo Andrade et al (2011), o bairro apresenta um processo de extrema desigualdade social, inclusive internamente, ou seja, nem todas as pessoas que moram lá se

---

<sup>12</sup> Uma das regiões ou subprefeituras de Fortaleza. A Secretaria Executiva Regional V (SER V) abrange 570 mil habitantes e 18 bairros, desenvolvendo ações nas áreas de saúde, educação, esporte e lazer entre outras. Os bairros da SER V são: Conjunto Ceará, Siqueira, Mondubim, Conjunto José Walter, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibaú, Canindezinho, Vila Manoel Sátiro, Parque São José, Parque Santa Rosa, Maraponga, Jardim Cearense, Conjunto Esperança, Presidente Vargas, Planalto Ayrton Senna e Novo Mondubim. Disponível em < <http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php> > acessado em 05\04\2012.

encontram em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, mas que elas se diferem nesse aspecto.

Entretanto no Bom Jardim, a condição de periferia, como assinala Caldeira (1984), além de designar os limites e as franjas da cidade, aponta para aquilo que é precário, carente, e desprivilegiado em termos de serviços públicos e de estrutura urbana.

Destarte, uma das principais problemáticas do bairro é a questão da violência letal. Nesse sentido, de acordo com Moura (2011), durante os anos de 2007 e 2009, o bairro foi o líder entre os 20 bairros de maior número de homicídios na capital cearense, apresentando respectivamente 49 e 61 homicídios. Entre outras, tais condições contribuem para a estigmatização do local pela população de Fortaleza. Diante disso, o mesmo autor pontua que no fim de 2009, o Grande Bom Jardim (GBJ) que além do Bom Jardim, congrega os seus vizinhos: Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Siqueira, receberam a implantação do “Território da Paz”, programa do PRONASCI, voltado à população vulnerável à violência e à criminalidade.

O “Território da Paz<sup>13</sup>” buscou implementar 12 projetos com as temáticas referentes ao lazer, esporte e capacitação para o trabalho a fim de prevenir fatores da violência e reforçar a segurança no Grande Bom Jardim, através da Guarda Municipal e Defesa Civil, órgãos gestores do Pronasci/Fortaleza, e locais de monitoramento da eficiência das atividades. Com essa iniciativa, a cidade de Fortaleza tornou-se a quarta capital do Nordeste e a décima primeira do país a receber o território.

A comunidade São Francisco, portanto, está inserida nesse contexto de marginalidade e de desigualdade, carregando consigo o resultado de uma

---

<sup>13</sup>Fortaleza recebe o território de Paz do Pronasci. Disponível em: [http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=12218](http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12218). Acessado em 02/12/2011.

construção social que lhe caracteriza como perigosa. Porém, como se isso não bastasse, ela está num espaço que também leva consigo o estigma e preconceitos que a denominação “favela” atribui.

Comunidade que parece não recebe os devidos investimentos do Estado e está numa das áreas mais “perigosas e complicadas”, segundo dados da revista do Centro Cultural do Bom Jardim (2009), da cidade de Fortaleza. Necessitado, portanto, de políticas públicas.

A maior parte do lugar é estruturada fisicamente por uma formação irregular que compreende aproximadamente um total de 250 casas, cortadas por algumas ruas, travessas e vielas. Entretanto, a própria comunidade divide-se, pois existe uma parte em que suas ruas são pavimentadas, dispostas em linhas e as casas apresentam aspectos de conservadas. Porém, a maioria das residências apresenta uma estrutura precária, internamente algumas inclusive são desprovidas até de banheiros. Existem cerca de quinze pequenos comércios, principalmente do tipo mercadinho e “bodega” na comunidade. Encontram-se lá alguns trabalhadores artesãos, além de assalariados, desempregados, subempregados.

Entretanto, dois pontos bem marcantes num dos lados da comunidade contrastam-se e constituem parte da paisagem vizinha. O primeiro, um canal bastante poluído e com águas escuras e praticamente “sem vida”; o outro, totalmente diferente, é o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ)<sup>14</sup>, que, para algumas pessoas da localidade, representa o único espaço de arte, lazer e diversão. Nas mediações, ainda existe uma escola de educação

---

<sup>14</sup> O Centro Cultural do Bom Jardim é um espaço de convivência para arte e educação. O complexo é voltado para a profissionalização de jovens e adultos nas áreas de audiovisual, música e dança destinada a contribuir para o processo de inclusão dos moradores da região. Compõem o espaço uma ilha digital com equipamentos de áudio e vídeo, além de um teatro de arena, salas multiuso, laboratório para gravações musicais e outros espaços destinados a práticas artístico-culturais. O Centro foi inaugurado em dezembro de 2006. É uma obra da secretaria da Cultura do Estado, gerida pelo Instituto de Arte e Cultura do Ceará. (IACC). Disponível em: <http://www.dragaodomar.org.br/ccbj>. Acessado em 18/11/2011.

profissional ao lado do CCBJ. O Circo Escola do Bom Jardim, embora não seja vizinho, também é acessível à comunidade. Mas infelizmente para muitas crianças, as travessas representam o único meio de lazer, uma vez que os espaços supracitados não comportam ou não têm vagas para todas, e outros espaços de lazer não existem.

Dois postos de saúde, os quais ficam a quase um quilômetro, estão disponíveis à população que não raras vezes é mal atendida. O policiamento na região é realizado principalmente por policiais do Policiamento Ostensivo Geral (POG), da quarta companhia do sexto BPM e por policiais do IX Núcleo de Policiamento Comunitário (NPC) do programa Ronda do Quarteirão. Contudo, além desses, é comum a presença de policiais militares de outras divisões e com área de atuação maior, como o RAIIO. A comunidade é atendida pela 32ª delegacia de polícia.

Algumas pessoas da comunidade semanalmente se reúnem nas calçadas ou rua, pois na maioria das travessas elas se confundem, realizam rodas de conversa denominadas de “cadeira na calçada itinerante”. Cadeira na Calçada é uma criação do CCBJ. Tal atividade foi iniciada com o objetivo de divulgar as atividades nele realizadas para a Comunidade do São Francisco, no Bom Jardim. Atualmente, a “cadeira na calçada” é um espaço onde moradores da comunidade São Francisco se reúnem e discutem alguns problemas do local, como saúde, educação, questão da limpeza urbana, do cuidado com o local, bem como divulgam algumas ações que acontecem no CCBJ ou em outros equipamentos públicos. Além de moradores, também participam assiduamente representantes do CCBJ e constantemente alguém da prefeitura, de algum órgão do Estado ou não. A composição das reuniões que fui, em geral, havia cerca de 10 pessoas e a seguinte formação como demonstrada na seguinte tabela.

Componente	Função
Líder Comunitária I	Organização

Representante do CCBJ	Organização
Representante da Regional V	Convidado/debatedor
Líder Comunitária II	Ouvinte/debatedora
Moradores (cinco em média)	Ouvinte/debatedores

#### 4.2 DEPOIMENTOS DOS MORADORES.

Abaixo, a tabela com o perfil das pessoas entrevistadas na comunidade do São Francisco.

Tabela1- Perfil dos (as) entrevistados (as).

Entrevistado (a)	Idade	Sexo	Grau de instrução	Aspecto para o recorte
1	39	Feminino	2 <sup>a</sup> série do ensino médio	Uma das líderes da comunidade
2	27	Feminino	Ensino médio completo	Uma das agentes de Saúde
3	15	Masculino	7 <sup>a</sup> série do ensino fundamental	Estudante
4	16	Feminino	2 <sup>a</sup> série do ensino médio	Participante de um grupo de arte do CCBJ
5	56	Masculino	3 <sup>a</sup> série do ensino fundamental.	Uma pessoa popular na comunidade



Em relação à aproximação polícia e comunidade, de acordo com a entrevistada número 1:

“[...] conheço, conheço o capitão [...]. Eu conheço porque eu ligo, porque a gente tem uma ‘cadeira na calçada’ e toda sexta a gente senta e solicitei pro capitão pra eles virem, pra gente conhecer os policiais que trabalham aqui na comunidade. Para que o policial que trabalha aqui conheça o cidadão de bem, pra não confundirem. E também para eles conversarem, para que não seja só aquele trabalho de abordagem [...]. A gente quer conhecer os da manhã e os da noite também, só que tem que solicitar. Eles participaram de apenas duas reuniões, quando vieram, disseram seus nomes, falaram como era o policiamento. Disseram que se as pessoas quisessem, eles davam conselhos para que não usassem drogas, por exemplo”.

Nessa fala, observa-se que parece não existir um interesse da polícia em querer conhecer a comunidade, uma vez que a pessoa disse conhecer o capitão comandante dos policiais rondantes da área, mas que conhecia porque ligava para ele, solicitando a presença de policiais do programa para as reuniões da “cadeira na calçada”. Isso significa que se não fossem essas reuniões esse conhecimento talvez não existisse. Quando perguntei se lembrava do nome de algum, mesmo depois de pensar um pouco, não conseguiu lembrar. Ainda, segundo essa mesma pessoa, ela queria que a comunidade conhecesse os policiais, todos, e que eles conhecessem a comunidade, as pessoas de bem, os cidadãos. Esse distanciamento fica mais óbvio ainda quando a entrevistada disse só conhecer o capitão, nesse sentido, é importante ainda ressaltar que o capitão não trabalha na comunidade, pois ele comanda uma companhia e com tal atividade, raramente vai às ruas.

De acordo com essa mesma entrevistada, “preferi não convidar mais os policiais porque as pessoas poderiam achar que eu estava denunciando”. E como não foram mais convidados, o que se verificou foi que os policiais não mais compareceram às reuniões. Vale acrescentar também que, segundo Lopes (2008), a proposta de aproximação com a comunidade não deu certo por causa do baixo efetivo do policiamento tradicional, o que acabava por exigir a participação dos policiais do Ronda em outras atividades.

Esses apontamentos contradizem sobre o que pretendia a “polícia da boa vizinhança”, ou seja, ser parceira da comunidade, pois esta parecia

querer conhecer os outros policiais, mas necessitava solicitar. Isso revela haver um distanciamento entre polícia e comunidade.

Quando se fala em policiamento comunitário é muito importante a responsabilização da comunidade com a segurança, como discute Rolim (2004). Nesse sentido, a interação entre ela e a polícia também é uma questão preponderante. Para tanto, é indispensável que os policiais conheçam as pessoas e convivam com elas. Dessa forma, quando a entrevistada destaca a reciprocidade em relação ao conhecimento entre as partes – embora carregado de predefinições, preconceitos e visões estereotipadas, já que usa conceitos como pessoas e cidadãos de bens, sem uma definição – ela aponta algo que possibilita a formação de laços de confiança, a quebra de pré-noções, a comunicação, dessa forma, um possível sucesso do trabalho.

Mas, seguindo a tendência da fala anterior, as demais pessoas entrevistadas disseram não conhecer os policiais do programa, nem sequer o nome sabiam. Essa falta de aproximação, de tentar trabalhar em parceria com a comunidade, ficou mais evidente ainda pelo fato de nenhum entrevistado ter respondido positivamente quando perguntado se recebera alguma visita domiciliar, que era uma das ações do programa. Inclusive, numa das reuniões “cadeira na calçada”, quando se discutia sobre polícia e segurança, ao serem perguntados coletivamente se haviam recebido alguma visita de policiais do “ronda”, ninguém dos cerca de dez moradores presentes, respondeu que sim. A inexistência do método da visita domiciliar (policiais visitando as casas das pessoas para que pudessem conhecê-las) - obviamente que uma relação de aproximação pode acontecer de outras formas - também nos responde o porquê do desconhecimento da comunidade em relação aos policiais, o que muito provavelmente indica que eles também não a conhecem.

Destacamos que apesar da entrega de panfletos ao povo, com foto e nome dos policiais, além do número da viatura que aconteceu no início do programa, isso não refletiu em aproximação entre polícia e comunidade. Dessa forma, a ação de divulgação feita pelos policiais, junta a um conjunto do ‘marketing’ feito pelo governo, nada indica que relações mais fortes foram

forjadas na comunidade. Compreendemos que o contato com a população não foi realizado como deveria ser ou como foi proposto, ficando muito longe do esperado, já que se falava em ter uma polícia mais próxima da população.

Diante do exposto, ficamos nos perguntando o que faltou ou o que poderia ter sido feito para que a polícia se aproximasse mais da comunidade? Será que os policiais tiveram um treinamento e uma preparação adequada para realmente trabalharem com a comunidade e tentarem forjar um novo tipo de policiamento? Será que os métodos e a autonomia da polícia eram suficientes para realizar um policiamento de proximidade, ou comunitário? Ou será que realmente o governo queria criar um novo policiamento ao lançar o programa?

Em relação à atuação policial, embora a maioria dos entrevistados tenha dito que nunca precisou chamar o “ronda” e que não conheciam alguém que solicitara, segundo a entrevistada número 1:

“[...] liguei apenas uma vez, no começo do programa, quando uma menina de um colégio foi assaltada, vieram rápido, perguntaram como foi, disseram que iam procurar, mas não encontraram nada [...] é bom ter o número da viatura, porque fica mais fácil chamar a polícia”.

Essa fala mostra como o contato direto, através de telefone, da população com a polícia proporciona um atendimento rápido às ocorrências, o que constitui um dos objetivos do programa “ronda”. Mas como citado acima, mesmo a polícia sendo rápida, isso não significa que terá êxito nas suas ações. Rolim (2004) aponta que o tempo de respostas às chamadas de emergência não faz muito sentido, pois as chances de prisão são pequenas, a menos que o crime esteja em andamento, o que não é tão frequente. O autor ainda cita, através de pesquisas, que as vítimas, a princípio, nunca contam com uma resposta imediata, o que elas esperam é uma ajuda significativa da polícia.

A entrevistada número 2 afirmou que nunca precisou chamar, mas que já presenciou o ronda agindo na casa de um vizinho:

“[...] era uma vez que o som do vizinho estava alto, eles vieram e conversaram, mandaram que baixassem. Falaram que se tivessem que voltar para resolver o mesmo problema, quebrariam o som, depois eles saíram. (Na fala dessa pessoa notei um tom de indignação e de revolta)”.

Os policiais mesmo conversando num primeiro momento, dessa forma, passando uma ideia de que resolveriam o problema através da mediação, tentaram, contudo, num outro momento, possivelmente assegurar que não voltariam mais ao local e ameaçaram quebrar o aparelho de som. A atitude destacada nos põe a pensar se a condição social, cultural e de educação das pessoas atendidas não foi um determinante para que a citada ação acontecesse da forma que aconteceu e se a condição de periferia também não foi decisiva. Dessa forma nos perguntamos: será que isso aconteceria em um local onde as pessoas fossem bem alfabetizadas, tivessem dinheiro e morassem numa zona nobre? Provavelmente não, pois como nos lembra Paulo Sérgio Pinheiro (1997), os principais alvos da arbitrariedade policial são os mais vulneráveis e indefesos na sociedade brasileira, que além dos pobres, engloba sindicalistas, grupos minoritários e trabalhadores rurais. Em parte, reflete ainda a ideia de que os problemas devem ser solucionados de maneira rápida e simples, embora sejam feitos de forma ilegal ou pelo menos desrespeitosa como a atitude de quebrar um som. É lamentável o acontecimento desse tipo de comportamento, o qual inicialmente se apresenta como responsabilidade apenas do referido grupo de policiais, entretanto é interessante destacar que as relações de poder da instituição polícia militar, bem como as “estruturas anacrônicas e autoritárias das polícias também podem moldam e influenciam diretamente o comportamento dos policiais”, de acordo com Mariano (2004), e os adestram como assinala Foucault (1987), para seguir a lógica de pegar bandido, a cultura de repressão, a qual muitas vezes é desumana desde a formação.

César Barreira (2004) acrescenta que da polícia atual, principalmente a que age em áreas periféricas urbanas, é cada vez mais exigido o trabalho em assuntos não criminais e em ocorrências de pequena complexidade, como desavenças entre casais, brigas de vizinho, uso de bebidas alcoólicas etc. O autor ainda pontua que essas questões exigem maior conhecimento de práticas e comportamentos sociais, bem como forçam o policial a ter mais sensibilidade diante da aplicação da lei. Esses chamados, além de representarem grande parte das ocorrências atendidas pelas polícias,

muitas vezes são solucionados com uma simples conversa ou mediação. Essas práticas tanto evitam lotar as delegacias com procedimentos antes solucionáveis, quanto os policiais de rua evitam perder tempo nos procedimentos. Contudo, para essa prática tornar-se eficiente, faz-se necessário um treinamento adequado e que realmente tenha uma abordagem humanística.

Porém, nesse contexto, a entrevistada número 1 relatou: “eu achei fraquinho os meninos do ‘ronda’. Outro dia, numa perseguição, o ronda parou, abordou e depois mandaram ir embora”. Essa fala nos revela uma falta de confiança sobre o policiamento, parecendo algo ineficaz ou sem tanta importância. Isso reflete a ideia de quando o trabalho da polícia não se torna algo reconhecido como essencial, como assinala Rolim (2004) que ganha a confiança da comunidade, ele se torna quase obsoleto, nesse sentido, quando as ações de um policiamento que se diz comunitário não consegue forjar ações que lhe dê características novas e importantes, ele pode ser tido como um “não faz nada”.

A entrevistada número 2, expressando um tom de decepção, falou que “no começo, as pessoas ligavam, logo vinham. Atualmente, passam muito tempo até questão de horas”. É bom lembrar que durante a divulgação do programa, inclusive veiculada na mídia local, o governo destacava que a “polícia da boa vizinhança” teria como um dos objetivos o atendimento a chamadas da população num tempo de até 5 minutos. Naturalmente, nem sempre isso pode acontecer, compreende-se, por exemplo, que a equipe de uma determinada área possa estar atendendo a um chamado e, portanto, não podendo ir a outro chamado. Não podemos também esquecer a exaustiva escala de trabalho a qual estavam submetidos os policiais, principalmente no começo do programa, que pode influenciar em situações como essas.

Nesse sentido, acaba ocorrendo que “tem pessoas que não ligam para o ronda porque eles não vem, pois, às vezes ligam, ligam e eles não aparecem”, como disse a entrevistada número 4. Quando o trabalho não

acontece, realmente a situação se torna crítica, pois dificulta mais ainda a criação de um vínculo de confiança entre polícia e população.

Mas, apesar das decepções, como o fato de não estar conseguindo trabalhar junto à comunidade e ações que beiram a legalidade, ou seja, o desvirtuamento dos objetivos do programa em relação ao que ele se propunha, quando comparado com o policiamento tradicional, o “ronda” apresentou algumas diferenças, como sendo menos repressivo.

De acordo com a entrevistada número 1:

“[...] antes eles até conversavam mais, eles quase não abordavam, atualmente eles estão abordando mais, agora trabalham mais. [...] os outros, o RAI0 e os outros policiais são mais agressivos, chegam arrepiando mesmo, mandam logo colocar a mão na parede”.

Esse modelo de polícia é o que o secretário apoia e vem promovendo. De forma semelhante, percebe-se que para a entrevistada a ação policial de abordar é trabalho, parecendo trabalho eficaz, enquanto que conversar reflete uma ideia de “não trabalho”, parece algo sem tanta aceitação ou pelo menos sem eficácia. Isso também mostra que a população desconhece o que é policiamento comunitário. Assim, para a entrevistada, conversar revela um não trabalho.

Não é difícil entender a fala acima, é compreensível, tendo em vista que culturalmente e tradicionalmente as polícias têm se caracterizado pela repressão, pela ação emergente, e até pela violência, com as quais as pessoas passam a assistir e a conviver, principalmente em áreas periféricas. Dessa forma, comportamentos violentos e estereotipados muitas vezes são ignorados, pois parecem ser a única solução para os conflitos. É bom ressaltar que a atitude de abordar mais dos policiais do programa segue também em parte à determinação dada pelo comandante da polícia militar, coronel Werisleik, dessa forma, privilegiando mais a repressão do que a prevenção.

Nesse sentido, o entrevistado número 3, reforçando a ideia acima citada menciona: “o ronda passa, às vezes aborda, às vezes não. Mas os outros são doidos, pega e mete a chibata, outro dia pegaram um cara, mas tava todo mundo dizendo que era errado”. Esse relato nos revela que embora a

população aceite a repressão policial, ela também compreende que a violência não é uma ação correta ou a melhor. Reflete também uma sensação de impotência da comunidade, pois mesmo sabendo de um acontecimento errado é como se as pessoas nada pudessem fazer. Dessa forma, passam a assistir a comportamentos violentos e a conviver com eles, e muitas vezes também apoiam e cobram quando a polícia não age com truculência e violência com os outros.

Porém o “novo policiamento” de acordo com a entrevistada número 4, também “abordam mais os negros, os mal-vestidos, mas os bandidos se vestem de toda forma”. Isso nos revela uma percepção de ineficiência e, ao mesmo tempo, de preconceito da polícia em relação aos seus suspeitos. Dessa forma, se a polícia não investiga ou aborda quem deveria, prefere escolher os que muitas vezes não têm condições financeiras para comprar uma roupa e se vestir de forma “adequada socialmente”, portanto os “bandidos”; ela condena ao crime uma grande parte da população que assim se caracteriza. Essa seleção, em que a aparência é quem faz o suspeito apenas não funciona como também estigmatiza mais ainda a parcela da população pobre, periférica e praticamente sem oportunidade na sociedade.

De acordo com a entrevistada número 2, “às vezes, quando o ronda passa, coloca alguns meninos na parede, dá uns ‘cocorotes’, mas nada encontra, depois manda ir pra casa”. Pelo gesto da entrevistada, a expressão cocorotes pode ser interpretada como alguma agressão na parte da cabeça e com a mão fechada.

Tais ações, nesse sentido, são um grande problema, pois nem sempre esse uso de violência pelos policiais é, por eles, interpretado como violência. Diante disso, Mesquita Neto (1997) nos fala que, do ponto de vista jurídico, existe uma tendência em distinguir os atos de força e violência com base na legalidade. Dessa forma, são considerados atos de violência apenas aqueles em que policiais usam a força física de forma ilegal e isso acontece quando não está relacionada ao cumprimento do dever legal, quando o policial não está trabalhando, ou seja, assim durante o trabalho qualquer uso legal de

força física, mesmo que desnecessário ou excessivo não é caracterizado como violência. Com os exemplos supracitados, nos parece que essa concepção de força é predominante.

Na comunidade pesquisada é comum a presença de jovens nas travessas, e de acordo com a população, muitos usam drogas. Tais figuram entre as vítimas dos “cocorotes”.

Mas a violência realmente não funciona na polícia, de acordo com Rolim (2004), acontece o inverso, ou seja, o uso desnecessário e abusivo de meios coercitivos destrói laços de confiança de parcela da população diretamente afetada pelo medo da polícia. Contudo, mesmo que funcionasse, isso é inaceitável, pois “fere” a dignidade e a vida humana.

O entrevistado número 5 disse que “tem vez que eles passam por dentro da comunidade, mas às vezes nem passam”. Desta forma nos parece que abordar, e abordar aquelas pessoas que tradicionalmente são excluídas socialmente, inclusive com velhas práticas, tem-se constituído numas das ações centrais dos policiais rondantes, de acordo com a fala das pessoas entrevistadas na comunidade.

Nesse contexto, em relação à questão da segurança passada pelo trabalho dos policiais do “ronda”:

“[...] diminuiu pouca a violência aqui na comunidade [...]. Na esquina da minha casa é um ponto de assalto e quem é de fora é assaltado, quase todo dia alguém é assaltado, mas a polícia passa direto [...]. O bandido é tratado como um trabalhador, a gente está presa e eles estão soltos. (depoimento da entrevistada número 4)”.

Não podemos atribuir a falta de segurança como atributo exclusivo das forças policiais. Afirmar isso seria cair num erro, entretanto, como a polícia não é algo onipresente, é preciso admitir que suas maneiras de trabalho não funcionam, ela faz um serviço emergencial, o que parece caracterizar o “novo policiamento”. Dessa forma, com estratégias falhas ou sem estratégias e métodos eficazes a sensação que a população tem é de aprisionamento.

Diferentemente da fala anterior, a entrevistada número 1 disse que “a polícia não faz falta na comunidade, ela pode não abordar, mas entra”, essa



mesma pessoa afirmou que seu comércio desde antes do “ronda” não é assaltado.

Na fala do restante das pessoas foi comum o dizer, como afirmou o entrevistado 3, “só o que rola aqui é assalto”. E para eles os assaltos ocorrem principalmente à noite. Também foi recorrente na fala dos entrevistados a afirmação de que os pontos mais distantes, mais escuros e também de que pessoas de fora são as mais propícias a sofrer algum tipo de atentado. Isso nos revela a falta de algum planejamento ou ação, tanto da parte da polícia quanto do município e, mais ainda, da comunidade em cobrar e participar.

Parece-nos que a situação de insegurança e violência na comunidade é algo que não melhora. Insegurança e medo no ir e vir da comunidade ainda é algo que nos parece bem presente, e o pior, sem confiança na polícia. Algo que resume bem isso é a fala seguinte: “... no começo eles (policiais rondantes) paravam, davam o número, mas hoje não. Mas agora ligue o som que eles vêm, agora para ladrão não vêm (depoimento do entrevistado número 5)”. E a polícia vai “improvisando” sua missão de acordo com as atribuições que lhes são determinadas, reagindo às suas demandas no cotidiano como pontua Almeida e Mota Brasil (2002).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos revela que o policiamento “ronda” inicialmente apresentou certos traços que evidenciam alguma diferença positiva em relação ao policiamento tradicional, isso ficou demonstrado quando algumas pessoas entrevistadas disseram que os policiais conversavam mais, chegavam logo, passando uma ideia de cordialidade e eficiência. Isso, junto a uma nova farda, novos veículos, como pontuou Lopes e Mota Brasil (2010) proporcionou ao imaginário da população a sensação de algo novo.

Essas mudanças, entretanto parecem que foram deixando de ser praticadas e sobrepostas por ações que se mostraram sem estratégia ou sem planejamento. Nesse sentido, a falta de articulação entre polícia e comunidade, envolvendo representantes comunitários, grupos e lideranças locais também nos parece que ficou a desejar. Dessa forma, as práticas tradicionais de repressão, caracterizada principalmente por abordagens a suspeitos foram figurando como um dos principais métodos do policiamento do “Ronda do Quarteirão”. Assim, para a comunidade do São Francisco parece que não houve mudanças significativas com o novo policiamento, tendo em vista que o protagonismo da atividade policial não rompeu com as especificidades do policiamento tradicional, caracterizado pela repressão que acontece corriqueiramente da prática policial. Não podemos generalizar as percepções do presente trabalho, uma vez que a pesquisa contemplou apenas uma pequena parcela das comunidades onde o programa existe, entretanto essa pesquisa revelou que existe muito o que se fazer e o que se mudar para que possamos pensar em uma nova polícia.

Dentre as mudanças necessárias existe a necessidade de cada vez mais melhorar a formação, tendo em vista que não é tarefa das mais fáceis formar um bom profissional em apenas três ou cinco meses como aconteceu com a formação da maioria dos policiais que compõem o Programa. E mais, formação em que o próprio ex e primeiro comandante do programa de policiamento “ronda”, coronel Túlio Sturdart, afirmou que “tivemos muitos

problemas com relação à primeira turma(...)" e "A gente tem é que melhorar a formação deixou muito a desejar", (CRUZ, 2010, p. 123). Isso revela que no mínimo faltou planejamento quando foi composto o Programa, dessa forma, além de o tempo ter sido pouco, em relação à primeira turma, muitos conteúdos foram mal ministrados, alguns professores pareciam não estar preparados. Assim como professores da própria polícia militar faziam prevalecer suas experiências, quando comparavam suas formações com a que estava em curso, embasando-se principalmente em situações criminais extremas ou generalistas. Dessa forma, passavam a ideia de que um treinamento rígido e desgastante seria justificado em razão de nas ruas não existir espaço para quem não tivesse fortemente preparado, como se a atividade policial a que se propunha realizar o "Ronda do Quarteirão" fosse algo parecido a uma guerra.

Nesse sentido, foram superficiais ou inexistentes debates e discussões que envolvessem questões de gênero, direitos humanos e sociológicos em geral. A pouca abordagem de tais questões dificulta a quebra de preconceitos e discriminação na corporação, pois parece que quem entra na instituição querendo ou achando que polícia é função de prender bandido e bater em "vagabundo" acaba assumindo essa ideia. Assim ao invés de incorporar uma nova filosofia, apenas ratifica a existente.

Dentro das práticas de formação algo praticamente sem função são os rituais do militarismo, os quais nada acrescentam para a finalidade da ação policial, como a questão de aprender a marchar, fazer faxina (nada contra, mas foge do objetivo), passar noites acordado vigiando muros e portões, digo, "estagiando". Essas questões muitas vezes apenas desgastavam fisicamente o aluno e se mostravam prejudiciais à formação.

Dessa forma, além da formação, outra questão que está intimamente relacionada para o sucesso de alguma mudança dentro da corporação polícia militar são as suas praticas internas que beiram o autoritarismo, suas divisões e normas conservadoras, necessitando, portanto, serem repensadas. Nesse sentido, é indispensável que haja mudanças e

revisões nos regulamentos, códigos e legislação da polícia militar, tendo em vista que é incoerente a existência de uma legislação que é incompatível com um modelo de sociedade democrática, ou seja, que praticamente não evoluiu com a sociedade e ainda guarda fortes marcas do período de exceção, de repressão e ignorância como se observou durante a ditadura de 1964.

Dentro das questões sobre legislação é fundamental também existirem fortes discussões sobre a necessidade ou não do militarismo na atividade de polícia ou ao menos uma reformulação do que existe. Nesse sentido, pensar na redução dos níveis hierárquicos, relações de poder, e mais ainda, que esse poder e ordem bem característicos da atividade policial militar sejam baseados em princípios e valores democráticos e não no autoritarismo e na hierarquia verticalizada que por vezes se embasam em propósitos e questões pessoais.

Afinal, como pontua Mariano (2004), não adianta formação sem transformação, tanto interna quanto externa. Transformação que perpasse as paredes dos quartéis, que valorize a pessoa do policial, e valorização não apenas financeira, mas principalmente das condições de trabalho para que ele tenha satisfação e reconheça como importante seu trabalho.

Dessa maneira é possível que exista confiança da população e que ela acredite no trabalho policial, pois os policiais reconhecendo como importante a função que exercem, podem passar a trabalhar com vontade, pensando em contribuir mais e verdadeiramente para uma sociedade segura e melhor.

Com uma formação mais humana e com condições dignas é possível sim acreditar em mudanças de novas estratégias e na criação de políticas e programas sérios para a polícia. Compreendemos que isso não é algo fácil e simples, entretanto enquanto não forem tomadas atitudes sérias e promissoras, tanto da sociedade quanto do governo, tudo indica que grandes mudanças para a área da segurança pública seja algo ainda bem distante.

Nesse contexto não podemos deixar de mencionar que é preciso que existam debates envolvendo governo, polícia, universidade e comunidade

em geral. Que as forças policiais sejam mais transparentes e abertas às críticas e sugestões, que o governo e sociedade construam junto políticas sérias e que mudem na prática. Pensar em controle externo sobre as instituições de segurança pública, com a criação de órgãos independentes e comprometidos com a causa é algo que também não se pode deixar de discutir.

A partir de alterações dessas questões é possível sim planejar e realizar outras estratégias, programas como a que se propôs o “Ronda do Quarteirão”, envolvendo polícia e comunidade e pensar em realizar mudanças verdadeiras. Mas enquanto isso é apenas um pensamento, o que prevalece é uma separação, pouca relação, uma divisão entre polícia e comunidade como se fossem algo desvinculados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira e MOTA BRASIL, Glaucéria. **Polícia e Comunidade**. In: Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas sociais. César Barreira (org.). Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004, p 117 - 183.

ANDRADE, Iraci Bárbara Vieira. Et Al. **A construção do “Território de Paz”:** **Grande Bom Jardim e uma Política de Intervenção**. In: XXVIII Congresso da ALAS. UFPE, Recife-PE, 2011.

BARREIRA, Cesar. **Em Nome da lei e a Ordem: o propósito da política de segurança pública**. In: São Paulo em perspectiva, São Paulo, 2004, p. 77- 86.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo:** produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENGOCHEA, Jorge Luiz PAZ; GUIMARÃES, LUIZ BRENNER; GOMES, MARTIN LUIZ; ABREU, SÉRGIO ROBERTO DE. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22234.pdf>>. Acessado em 21/05/2011.

BONI, Valdete e QUARESMA, Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br).

BRASIL. M. G m. **A segurança pública no “Governo das Mudanças”:** **moralização, modernização e participação**. São Paulo, 2000. 325p. (Tese Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. 2000. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BARROS, Marcos Antônio de. **A lei de Segurança Nacional e a Legislação Penal Militar**. Disponível em: <http://www.justitia.com.br/artigos/4714cb.pdf>. Acessado em 26/06/2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A Política dos Outros: O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

COIMBRA, Maria Cecília Rebouças. **Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf>. Acessado em 21/06/20

CRUZ, Lara Abreu. **O Tradicional e o Moderno na Formação do Policial Militar: uma análise do Curso de Formação dos Soldados do Rondado Quarteirão**. / Lara Abreu Cruz. Fortaleza, 2010.

Dallari. Dalmo A. A Ditadura Brasileira de 1964. Disponível em: <http://ejp.icj.org/IMG/DITADURA1964.pdf> Acessado em 26/10/2011.

FONTOURA, Natália Oliveira; RIVERO, Patrícia Silveira; RODRIGUES e Rute Imanishi. **Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas**. In: Vinte Anos da Constituição Federal. Nº17, vol.3, cap.3., IPEA, Brasília, 2009. p.133-196.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Moema Dutra. **Paradigmas de Segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias**. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 3. 5º Ed. Ago/Set, 2009.p. 100-114.

Governo do Estado do Ceará. **Jardim de Gente**. Revista do centro Cultural do Bom Jardim. Fortaleza, 2009.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 2001.

LOPES, E. B. **Ronda do Quarteirão: um “acontecimento” na política de segurança pública?** Dissertação apresentada no Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará para a obtenção do título de Mestre, 2008.

LOPES, Emanuel Bruno de Sousa e MOTA BRASIL, Glauécia. **Resistências às mudanças na corporação policial: a experiência do programa Ronda do Quarteirão no Ceará** In: O público e o privado, nº 15, p 97-109. Janeiro/Junho-2010.

MARIANO, Benedito Domingos. **Por um Novo Modelo de Polícia no Brasil: a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública**/Benedito Domingos mariano. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2004.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Policiamento Comunitário e Prevenção do Crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar**. In: São Paulo em perspectiva, São Paulo. 2004, p. 103-110.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle**. CPDOC-FGV/Iser. Rio de Janeiro, 1997, p. 129-148

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Disponível em < <http://www.qir.com.br/?p=2906> > Acessado em 28/03/2010.

MOURA, Ricardo (org). **Cartilha da Regional V**. In: Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza. Fortaleza, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Polícia e Crise Política: o caos das polícias militares**. In: BENEVIDES, Maria Victoria; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia e PINHEIRO, Paulo Sérgio. A violência Brasileira. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1981, p. 57-91.

**Polícia Comunitária**. In: **Curso nacional de Promotor de Polícia comunitária**/Grupo de estudo. SENASP nº 002/2007- Brasília, DF, 2007, p.36-47.

RELATÓRIO do PNDU. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina: marco conceitual de interpretação**. Brasília, 2007, p.1-33.



ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança públicano século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SKOLNICK, J. H. e BAYLEY, D. H. **Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo**. São Paulo: EDUSP, 2006 (Série Polícia e Sociedade, nº 6)

SOARES, Luis Eduardo. **Segurança Pública: presente e futuro**. In: Estudos Avançados 20. 2006, p. 91-106.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. **Tortura no Brasil, uma herança maldita**. In: Tortura. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos/Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.p.20-33.

VENDRAMINI, Janio. **Segurança Pública nas Cidades Brasileiras**. Ed. Navegar. São Paulo, 2010.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo. Ed, Brasiliense, 2000.

Legislações:

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de Atividades: Implantação do Sistema Único de Segurança Pública**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República federativa do Brasil-1988**. São Paulo. Ed. Revista dos tribunais LTDA. 1988.

CEARÁ. **Constituição do Estado do Ceará**. Ed. INESP. 1989

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 30.285**, de 18 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 28.065/05.** Disponível em < <http://imagens.seplag.ce.gov.br/pdf/20100819/do20100819p01.pdf> > Acessado em: 06/10/2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.035**, de 23 de maio de 1985.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.297**, de 07 de março de 2003.

\_\_\_\_\_. **Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará.** Lei nº 13.729, de 11 de janeiro de 2006.

#### Artigos de Jornais e notícias.

**Bezerra amplia tropa do Raio.** In: Diário do Nordeste, em 14/01/2011. Disponível em < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=917213> > Acessado em: 06/10/2011.

**Duas mil vagas: concurso da PM será para o Ronda do Quarteirão.** Disponível em < <http://www.resultadoconcursos.net/concurso-policia-militar-do-ceara-pm-ce-2-mil-vagas-datas-previstas/> > Acessado em: 06/10/2011.

**Fortaleza 100% coberta pelo Ronda do Quarteirão.** Disponível em <: <http://procedimientospolicialesbrazil.blogspot.com/2008/11/fortalezacear-100-coberta-pelo-ronda-do.html> > Acessado em 06/10/2011.

**Governador Cid Gomes reafirma maior investimento em segurança.** Colhido em: <http://www.ptceara.org.br/noticias/texto.asp?id=1827>. Acessado em 09/05/2011.

**Na experiência cearense de Polícia de proximidade, "luz amarela" acendeu.** In: O povo, em 04/12/2010. Disponível em < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/brasil/2010/12/04/noticiabrasiljorn> > Acessado em 06./10/2011.

**Ronda atende 82 das 122 áreas previstas.** In: O Povo, em 11/01/2008. Disponível em < <http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/758038.html> > Acessado em 06/10/2011.

**'Ronda' contra as gangues.** In: Diário do Nordeste, em 31/12/2007. Disponível em < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=500074> > acessado em: 06/10/2011.

**Ronda do Quarteirão assume Proerd.** In: Diário do Nordeste, em 13/05/2011. Disponível em < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=979922> > acessado em: 06/10/2011.

**Ronda em toda a capital até janeiro.** In: O povo, em 22/11/2007. Disponível em < <http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/746657.html>.> Acessado em: 06/10/2011.

**Ronda do Quarteirão.** Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes/ronda-do-quarteirao>. Acessado em 26/07/2011.

**Ronda “vira” polícia nas ruas.** Diário do Nordeste: 17 de Maio de 2010, p. 14. Disponível em < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=786473> > Acessado em: 06/10/2011.

**Segurança lança o ‘Ronda Cultural’.**In: Diário do Nordeste, em 04/04/2009. Disponível em < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=628036> > Acessado em: 06/10/2011.

**250 policiais são transferidos para o interior.** In: O povo, em 25/11/2010. Disponível em < [http://www.opovo.com.br/app/opovo/ceara/2010/11/25/noticiacearajornal\\_2069300/250-policiais-sao-transferidos-para-o-interior.shtml](http://www.opovo.com.br/app/opovo/ceara/2010/11/25/noticiacearajornal_2069300/250-policiais-sao-transferidos-para-o-interior.shtml) > Acessado em: 06/10/2011.

## APÊNDICE

### Roteiro de entrevista

#### I - Perfil.

1. Idade.
2. Grau de instrução.
3. Ocupação.

#### II - Em relação ao policiamento “Ronda”

4. Como é a relação dos policiais do ronda com as pessoas da comunidade?
5. Como é a atuação policial (Ronda) na comunidade?
6. Como está a segurança na comunidade depois da criação programa Ronda?
7. O que mudou na segurança após a criação do Ronda.